

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	3
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	4
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	5
1.5 Principais clientes	6
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	7
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	8
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	9
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	10
1.10 Informações de sociedade de economia mista	13
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	14
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	15
1.13 Acordos de acionistas	16
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	17
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	18
1.16 Outras informações relevantes	19
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	20
2.2 Resultados operacional e financeiro	37
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	39
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	40
2.5 Medições não contábeis	41
2.6 Eventos subsequentes as DFs	42
2.7 Destinação de resultados	43
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	45
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	46
2.10 Planos de negócios	47
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	50
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	51
3.2 Acompanhamento das projeções	52

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	53
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	77
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	78
4.4 Processos não sigilosos relevantes	81
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	82
4.6 Processos sigilosos relevantes	83
4.7 Outras contingências relevantes	84
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	85
5.2 Descrição dos controles internos	86
5.3 Programa de integridade	87
5.4 Alterações significativas	90
5.5 Outras informações relevantes	91
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	92
6.3 Distribuição de capital	99
6.4 Participação em sociedades	100
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	101
6.6 Outras informações relevantes	102
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	103
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	105
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	106
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	107
7.4 Composição dos comitês	113
7.5 Relações familiares	114
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	115
7.7 Acordos/seguros de administradores	116
7.8 Outras informações relevantes	117
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	118

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	120
8.3 Remuneração variável	124
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	125
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	127
8.6 Outorga de opções de compra de ações	128
8.7 Opções em aberto	129
8.8 Opções exercidas e ações entregues	130
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	131
8.10 Outorga de ações	132
8.11 Ações entregues	133
8.12 Precificação das ações/opções	134
8.13 Participações detidas por órgão	135
8.14 Planos de previdência	136
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	137
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	138
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	139
8.18 Remuneração - Outras funções	140
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	141
8.20 Outras informações relevantes	142
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	143
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	145
9.4 Outras informações relevantes	146
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	147
10.1 Descrição dos recursos humanos	148
10.2 Alterações relevantes	149
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	150
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	151
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	152
10.5 Outras informações relevantes	153
11. Transações com partes relacionadas	

Índice

11.1 Regras, políticas e práticas	154
11.2 Transações com partes relacionadas	155
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	167
11.3 Outras informações relevantes	169
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	170
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	171
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	172
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	176
12.5 Mercados de negociação no Brasil	177
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	178
12.7 Títulos emitidos no exterior	179
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	180
12.9 Outras informações relevantes	181
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	182
13.1 Declaração do diretor presidente	183
13.1 Declaração do diretor de relações com investidores	184
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	185

1.1 Histórico do emissor

1.1 – Histórico do emissor

Equipav Saneamento S.A.

A Equipav Saneamento S.A. (“**Companhia**”), integrante do Grupo Equipav, foi constituída em 2 de agosto de 2013, como sociedade anônima. Desde sua constituição, a Companhia se mantém em estágio operacional, destacando-se como principal acionista da Aegea Saneamento e Participações S.A. (“**Aegea**”), empresa líder no setor de saneamento privado no país, com 70,72% das ações ordinárias e 52,71% do capital total da Aegea.

A Equipav Saneamento S.A. é controlada pela Arcos Saneamento e Participações Ltda., empresa que tem como sócios as famílias Toledo – por meio da CMT Saneamento e Participações Ltda. – e Vettorazzo – por meio da LIV Saneamento e Participações Ltda. –, com 50% de participação cada.

Grupo Equipav

A Companhia é parte integrante do Grupo Equipav, fundado em 1960 no interior de São Paulo com foco na atividade de pavimentação de rodovias. Na década de 1970, expandiu-se para a produção de concreto usinado, e na década de 1980, diversificou suas operações incluindo os setores de açúcar, álcool e mineração. Nos anos 2000, o grupo adentrou os setores de concessões públicas, começando com as aquisições da Águas Guariroba em Campo Grande (MS) em 2005 e da Prolagos em cinco municípios da Região dos Lagos (RJ) em 2007. Nos anos 2010, priorizou seus investimentos em saneamento, deixando de atuar nos demais negócios, consolidando sua presença em saneamento com a criação da Aegea. Recentemente, nos anos 2020, o grupo diversificou suas operações em infraestrutura e serviços, estabelecendo a EPR em parceria com a Perfin para gestão de rodovias, e lançando a Germina Brasil, criada após a conquista da primeira concessão de irrigação no país.

Atuação da Equipav Saneamento S.A.

O objetivo social da Equipav Saneamento S.A. envolve a participação societária e administração de investimentos em outras sociedades. Com suas controladas, a Companhia opera primariamente como concessionária de serviços de saneamento, incluindo água e esgoto, além de engenharia e coleta de resíduos. Os principais resultados financeiros provêm da atuação da Aegea e suas controladas, refletindo a robustez e o foco da Companhia na área de saneamento.

Aegea Saneamento e Participações S.A.

A Aegea, criada no final de 2010, administra concessões abrangendo o ciclo completo da água, que inclui abastecimento, coleta e tratamento de esgoto. Presente em mais de 500 municípios em 15 estados, a Aegea cobre uma população de mais de 31 milhões de pessoas, representando 55% de participação no mercado privado de saneamento no Brasil

Eventos Recentes

Em 4 de dezembro de 2023, os acionistas da Companhia aprovaram um aumento de capital social no valor de R\$ 110.253.283,24, totalmente subscrito e integralizado por capitalização de créditos da acionista controladora, visando reduzir a alavancagem da Companhia e fortalecer a sua estrutura financeira/de capital.

Em 15 de fevereiro de 2024, os acionistas da Companhia aprovaram um aumento do capital social no valor de R\$ 109.149.800,00. E, adicionalmente, em 9 de abril de 2024, foi aprovado um novo aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 643.031.650,28, totalmente subscrito e integralizado mediante conferência de bens, correspondentes a ativos financeiros para resgate de

1.1 Histórico do emissor

cotas de fundo de investimento em participações do Saneamento 100% Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Para mais informações sobre os aumentos de capital e sobre a composição do capital social da Companhia, vide item 1.12 e seções 6 e 12 deste Formulário de Referência.

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 - Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Equipav Saneamento S.A.

Como parte integral do Grupo Equipav, a Companhia foca primordialmente em sua participação societária na Aegea.

Aegea

A Aegea atua no gerenciamento de ativos de saneamento por meio de concessões comuns plenas ou parciais, subconcessões e parcerias público privadas (PPPs), como administradora de concessões públicas em todo processo do ciclo integral da água – abastecimento, coleta e tratamento de esgoto, de acordo com o perfil e necessidade de cada um dos 15 estados de atuação, de norte a sul do Brasil.

O compromisso da Aegea com a sustentabilidade e eficiência é evidenciado em suas operações abrangentes que cobrem todo o ciclo integral da água. Os serviços de abastecimento de água envolvem a captação de água bruta, seu tratamento até os padrões de potabilidade e a subsequente distribuição segura aos consumidores. Paralelamente, os serviços de esgoto são cuidadosamente gerenciados para incluir a coleta e tratamento de esgotos, assegurando que os efluentes tratados sejam devolvidos ao meio ambiente de maneira segura. Além disso, a destinação dos resíduos sólidos resultantes do processo de tratamento é realizada conforme as características específicas desses resíduos e em conformidade com a legislação ambiental vigente.

A expertise da Aegea nos processos operacionais do ciclo integral da água garante não apenas a conformidade com os mais altos padrões ambientais, mas também a eficiência e inovação contínua nas técnicas de tratamento e gestão de recursos hídricos. Isso posiciona a Aegea como um líder reconhecido no setor de saneamento básico, contribuindo significativamente para a melhoria da qualidade de vida e saúde pública nas regiões em que atua.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 - Informações relacionadas aos segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 80").

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 - Produção/Comercialização/Mercados

(a) características do processo de produção

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(b) características do processo de distribuição

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(c) características dos mercados de atuação

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(i) participação em cada um dos mercados

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(ii) condições de competição nos mercados

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(d) eventual sazonalidade

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

1.5 Principais clientes

1.5 - Principais clientes

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 - Efeitos relevantes da regulação estatal

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(b) principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pela Companhia

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(d) contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

(i) em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não efetuou contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(ii) em favor de partidos políticos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não efetuou contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

(iii) para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não efetuou contribuições financeiras em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 - Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da Companhia e sua participação na receita líquida total da Companhia

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total da Companhia

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 – Efeitos relevantes de regulação estrangeira

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”, nos termos da Resolução CVM 80.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 – Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

(a) se a Companhia divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia é uma *holding* de investimentos e não divulga, diretamente, informações ASG.

A Aegea, controlada direta e único ativo de participação societária da Companhia, divulga informações ASG em seu Relatório Anual de Sustentabilidade, que é também aplicável à Companhia. Neste sentido, apesar de não divulgar diretamente informações ASG em relatório anual próprio, a Companhia entende que as informações relativas à ASG divulgadas pela Aegea se aplicam, em sua integralidade, à própria Companhia.

(b) a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relatório Anual de Sustentabilidade da Aegea segue as diretrizes do *International Integrated Reporting Council* (IIRC), as Normas da *Global Reporting Initiative* (GRI) e observa os princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU).

(c) se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

O Relatório Anual de Sustentabilidade da Aegea, relativo ao período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, foi submetido à Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., que emitiu um relatório de asseguarção limitada sobre os indicadores contidos no Relatório Anual Integrado com base nas diretrizes da GRI e do IIRC.

O trabalho de asseguarção limitada foi conduzido de acordo com o Comunicado Técnico do Ibracon (CT) Nº 07/2012, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, e trata dos trabalhos de asseguarção diferentes de auditorias e revisões de informações financeiras históricas.

(d) a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

O Relatório Anual de Sustentabilidade da Aegea, acompanhado do relatório de asseguarção limitada dos auditores independentes sobre o Relatório Anual Integrado, ano base 2023, da Aegea, pode ser encontrado no site de Relações com Investidores da Aegea no seguinte *website*: <https://ri.aegea.com.br/esg/relatorio-anual/>.

(e) se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para a Companhia

Os temas abordados no Relatório Anual de Sustentabilidade da Aegea são definidos a partir da Matriz de Materialidade da Aegea, que passa por revisão periódica e conta com o apoio de consultoria externa e entrevistas com os principais stakeholders, entre os quais fornecedores, comunidades, investidores, colaboradores e administradores.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

Para a definição da matriz de materialidade são analisados:

- ✓ As materialidades de pares do setor (públicos e privados, no Brasil e no exterior) e de outras organizações que são referência em seus segmentos de atuação;
- ✓ Os frameworks globais para relatórios de sustentabilidade, como os da GRI e o do *Task Force on Climate-Related Financial Disclosures* (TCFD);
- ✓ As avaliações públicas de aspectos ASG: Índice FTSE4Good, *S&P Global Corporate Sustainability Assessment* (CSA) e *Dow Jones Sustainability Index* (DJSI), entre outras; e
- ✓ As metas atreladas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A partir da definição da matriz de materialidade, foram definidos os seguintes indicadores materiais para a Companhia:

- Produção de água e coleta e tratamento de esgoto;
- Universalização do saneamento básico;
- Compliance, ética e medidas anticorrupção;
- Gestão de energia;
- Desempenho econômico-financeiro;
- Gestão de pessoas;
- Saúde e segurança ocupacional;
- Emissões de gases do efeito estufa;
- Gestão de riscos;
- Saúde e segurança dos clientes, qualidade de água e contaminantes;
- Gestão de eficiência operacional;
- Inovação e tecnologia; e
- Respeito às comunidades locais, educação ambiental e programas de conscientização.

(f) se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

O Relatório Anual de Sustentabilidade da observa os princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Os ODS materiais para o negócio da Companhia são os seguintes:

- ODS 3 – Saúde e Bem-estar
- ODS 4 – Educação de qualidade
- ODS 5 – Igualdade de Gênero
- ODS 6 – Água potável e Saneamento
- ODS 7 – Energia Acessível e Limpa
- ODS 8 – Trabalho decente e crescimento econômico

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

- ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura
- ODS 10 – Redução das desigualdades
- ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis
- ODS 12 – Consumo e produção responsáveis
- ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima
- ODS 14 – Vida na água
- ODS 15 – Vida terrestre
- ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes

(g) se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

As recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas são consideradas no Relatório Anual de Sustentabilidade, ano base 2023.

(h) se a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Sobre o tema referente a mudanças climáticas, o Grupo Aegea realiza inventário de emissão de gases do efeito estufa que inclui, em bases consolidadas, as emissões escopos 1 e 2. O inventário é verificado por consultoria independente e está disponível na plataforma do Programa Brasileiro GHG Protocol (<https://registropublicodeemissoes.fgv.br/participantes/4003>), do qual a Aegea é signatária e possui o “Selo Ouro”, que representa a mais alta certificação atribuída pelo Programa Brasileiro CHG para as companhias que submetem as informações reportadas à verificação de terceiros independentes.

(i) explicação da Companhia sobre as seguintes condutas, se for o caso: (i) a não divulgação de informações ASG; (ii) a não adoção de matriz de materialidade; (iii) a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG; (iv) a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas; (v) a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas; e (vi) a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não se aplica, tendo em vista as descrições dos subitens acima.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 - Informações de sociedade de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação da Companhia em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante

1.11 – Aquisição ou alienação de ativo relevante

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia no último exercício social.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 – Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Em 04 de dezembro de 2023, os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram o aumento de capital social no valor de R\$ 110.253.283,24, mediante a integralização de créditos contra a Companhia de titularidade do seu acionista controlador. Com o aumento, o capital social da Companhia passou de R\$ 416.458.249,40 para R\$ 526.711.532,64.

Em 15 de fevereiro de 2024, os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram o aumento de capital social no valor de R\$ 109.149.800,00, totalmente integralizado, sendo R\$ 107.879.297,00 integralizado em moeda corrente nacional e R\$ 1.270.503,00 com capitalização de dividendos. Com o aumento, o capital social da Companhia passou de R\$ 526.711.532,64 para R\$ 635.861.332,64.

Em 09 de abril de 2024, os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram o aumento de capital social no valor de R\$ 643.031.650,28, totalmente integralizado mediante conferência de cessão de ativos financeiros para resgate de cotas de fundo de investimento em participações do Saneamento 100% Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Com o aumento, o capital social da Companhia passou de R\$ 635.861.332,64 para R\$ 1.278.892.982,92.

Em 30 de abril de 2024, os acionistas da Companhia reunidos em Assembleia Geral Extraordinária aprovaram a cisão parcial da Companhia com o objetivo de descontinuar a participação societária anteriormente detida pela Companhia na Verona Saneamento e Investimentos S.A. Conforme laudo de avaliação preparado com base no balanço patrimonial da Companhia levantado em 31 de março de 2024 e elaborado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi apurado que o valor do acervo líquido cindido da Companhia é de R\$ 1,00. Como consequência da cisão parcial, o capital social da Companhia foi reduzido em R\$ 1,00, passando de R\$ 1.278.892.982,92 para R\$ 1.278.892.981,92, com consequente cancelamento de uma ação ordinária, nominativa e sem valor nominal de emissão da Companhia. O acervo líquido cindido foi recepcionado pela Arcos Saneamento e Participações S.A., acionista controlador da Companhia.

1.13 Acordos de acionistas

1.13 - Acordos de acionistas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é parte em Acordo de Acionistas.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 - Alterações significativas na condução dos negócios

Não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais, no exercício social corrente e nos três últimos exercícios sociais.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

1.15 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas

Não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais, no exercício social corrente e nos três últimos exercícios sociais.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 1.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras incluídas na seção 2 deste Formulário de Referência, são apresentadas pelos Diretores da Companhia e, exceto quando indicadas, extraídas das demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, bem como das informações financeiras intermediárias da Companhia referentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC e as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo IASB.

Neste item são apresentadas, pelos diretores da Companhia, informações que se destinam a auxiliar investidores e partes interessadas no entendimento e análise das condições financeiras e patrimoniais da Companhia. Não obstante, determinadas discussões contidas neste item incluem declarações prospectivas que envolvem riscos e incertezas. Os resultados reais da Companhia e o momento em que os eventos ocorrem podem diferir materialmente daqueles expressos ou implícitos em tais declarações prospectivas como resultado de vários fatores, incluindo aqueles descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

A análise dos diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais ou de resultado da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. A administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Certas tabelas da seção 2 deste Formulário de Referência contém os termos “AH” e “AV” que significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens da mesma rubrica entre um período e o outro. A Análise Vertical representa (i) o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações; ou (ii) o percentual ou item de uma linha do ativo, passivo ou patrimônio líquido em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido, nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

Os Diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir as suas obrigações assumidas de curto e longo prazos, bem como para suportar o crescimento sustentável dos seus negócios. Essa visão está baseada em um sólido e consistente desempenho financeiro e um nível de alavancagem adequado.

A tabela a seguir apresenta informações patrimoniais ou de resultados da Companhia selecionadas, nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023, bem como nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, as quais serão discutidas pela Companhia, entre outras, para a avaliação de suas condições financeiras.

Em 31 de março de 2024, a Companhia reportava uma dívida bruta individual de R\$ 965,5 milhões e consolidada de R\$ 18.584,1 milhões, sendo R\$ 1.860,7 milhões no curto prazo. Na mesma data, a posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo era de R\$ 4.347,3 milhões.

Já no encerramento do último exercício social, em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reportava uma dívida bruta consolidada, incluindo as posições ativas e passivas de derivativos, de R\$ 17.623,6 milhões, sendo R\$ 1.519,5 milhões no curto prazo. Na mesma data, a posição de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo era de R\$ 4.876,6 milhões, o que representava 3,2 vezes o montante de dívida de curto prazo, conforme demonstrado na tabela a seguir:

(Em R\$ mil)	Em 31 de março de		Em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2023	2022	2021
Caixa, equivalentes e aplicações	4.486.094	1.974.370	5.049.101	2.092.079	2.619.144
Caixa e equivalentes de caixa	729.761	140.098	138.676	77.126	105.732
Aplicações financeiras (Curto prazo)	3.617.489	1.762.176	4.737.637	1.901.775	2.473.236
Aplicações financeiras (Longo prazo)	138.844	72.096	172.788	113.178	40.176
Dívida Líquida	14.098.055	8.930.489	12.574.486	8.366.865	6.647.325
EBITDA	5.112.362	2.590.552	4.476.229	2.445.501	1.822.310
Ativo Circulante	7.276.152	3.451.553	7.826.914	3.523.289	3.726.545
Passivo Circulante	4.113.290	2.225.845	4.100.616	2.092.841	1.122.896
			Índices		
Dívida Líquida/EBITDA (x)	2,76	3,45	2,81	3,42	3,65
Caixa e Aplicações/Endividamento de curto prazo	2,34	1,24	3,21	1,40	4,32
Liquidez Corrente	1,77	1,55	1,91	1,68	3,32

A Diretoria da Companhia entende que a redução do índice Dívida Líquida/EBITDA (termo em inglês, *Earning Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization*, na tradução livre, Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) observado no último exercício, frente uma trajetória de crescimento e expansão dos negócios, é coerente com a estratégia da Companhia.

Em 2023, a Companhia manteve a estratégia de manutenção da liquidez visando novos leilões no setor e principalmente as operações da Corsan, que passou a ser consolidada no balanço da Companhia a partir de julho de 2023, além da emissão de debêntures na Holding e nas suas controladas. A dívida líquida passou de R\$ 6.647,3 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 8.366,9 milhões em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 12.574,5 milhões em 31 de dezembro de 2023, e para R\$ 14.098,1 milhões em 31 de março de 2024.

Adicionalmente, de acordo com a opinião de nossos Diretores, possuímos estrutura de capital adequada às nossas operações e atividades, com um nível de endividamento compatível com as nossas necessidades de capital, conforme demonstra nosso índice de Dívida Líquida/EBITDA, o qual foi de 2,76 vezes em 31 de março de 2024 (*versus* 3,45 vezes em 31 de março de 2023) e de 2,81 vezes, 3,42 vezes e 3,65 vezes nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, respectivamente.

Ainda com relação à liquidez, de acordo com a opinião dos nossos Diretores, nossa situação financeira nos permite honrar nossas obrigações assumidas perante terceiros e a nossa

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

necessidade de capital de giro, incluindo pagamento de nossas dívidas, o que pode ser ilustrado com base no índice de liquidez corrente (ativo circulante dividido pelo passivo circulante), que foi de 1,77 em 31 de março de 2024 (*versus* 1,55 em 31 de março de 2023), 1,91 em 31 de dezembro de 2023, 1,68 em 31 de dezembro de 2022 e 3,32 em 31 de dezembro de 2021.

Desta maneira, a Companhia tem realizado os investimentos necessários para a viabilização das suas operações, bem como ao aperfeiçoamento de seus processos e atendimento dos compromissos previstos como metas contratuais e cujo cumprimento refletirá em aumento de receitas.

Em termos operacionais, as concessionárias controladas pela Companhia se beneficiam de uma posição confortável nos respectivos municípios de atuação, em razão do setor de saneamento no Brasil ser considerado um monopólio natural regulado, objeto de concessões geográficas específicas. Adicionalmente, ao assumir uma nova concessão, a Companhia tem sido eficaz em implementar seu modelo de negócios e em ampliar a eficiência operacional das concessionárias.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Os diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada ao cumprimento das suas obrigações de curto, médio e longo prazo e à condução de suas operações. As atividades desenvolvidas pela Companhia são caracterizadas pela necessidade de uso intensivo de capital e, desta forma, os diretores entendem que é fundamental o acesso ao mercado financeiro e de capitais próprios para financiar a expansão e fortalecimento de seus negócios além de manutenção da sua posição de liquidez.

Em 31 de março de 2024, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 9.486,4 milhões, R\$ 9.742 milhões em 31 de dezembro de 2023, R\$ 4.982 milhões em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 5.362 milhões em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de março de 2024, a estrutura de capital da Companhia era composta por 72,4% equivalente a capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) e 27,6% por capital próprio; em 31 de dezembro de 2023, a estrutura de capital da Companhia era composta por 71,5% equivalente a capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) e 28,5% de capital próprio (patrimônio líquido); em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital da Companhia era composta por 71,3% equivalente a capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) e 28,7% de capital próprio (patrimônio líquido); e em 31 de dezembro de 2021 a estrutura de capital da Companhia era composta por 66,9% equivalente a capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante) e 33,1 de capital próprio (patrimônio líquido), conforme evidenciado pela tabela a seguir:

(em R\$ mil, exceto %)	31 de março de		Em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2023	2022	2021
Passivo circulante + Passivo não circulante	24.890.661	12.980.810	24.464.864	12.362.953	10.846.541
Patrimônio Líquido	9.486.401	5.053.505	9.741.740	4.982.040	5.362.085
Passivo total	34.377.062	18.034.315	34.206.604	17.344.993	16.208.626
Capital de terceiros	72,4%	72,0%	71,5%	71,3%	66,9%
Capital próprio	27,6%	28,0%	28,5%	28,7%	33,1%

Para maiores informações sobre o capital social da Companhia, vide item 12.2 deste Formulário de Referência.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores da Companhia, com base em análise de indicadores de desempenho e de geração operacional de caixa, entendem que a Companhia tem plenas condições para honrar suas obrigações de curto, médio e longo prazos e os respectivos juros, com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa. Não obstante, caso sejam necessários recursos adicionais, a Companhia entende que tem capacidade para captá-los por meio de empréstimos bancários ou outros financiamentos a serem avaliados e contratados pela Companhia, bem como, sujeita às disposições legais e regulamentares aplicáveis, por meio de distribuições públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Nos três últimos exercícios sociais, as necessidades de recursos da Companhia foram financiadas pela sua capacidade de geração de caixa operacional e por meio de recursos de terceiros. Assim, considerando o seu fluxo de caixa, a Companhia acredita que terá liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os seus custos, despesas operacionais e financeiras, dívidas e investimentos contratados ou previstos pelos próximos 12 meses, embora a Companhia não possa garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente em caso de materialização de quaisquer dos fatores de risco aos quais a Companhia está exposta. Caso entenda necessário contrair empréstimos adicionais para financiar as suas atividades e investimentos, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No período de três meses findo em 31 de março de 2024, bem como nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram por meio de recursos próprios e por meio da captação de recursos, principalmente, junto a instituições financeiras e mercado de capitais local e internacional.

Para maiores informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia, vide item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia acredita que continuará tendo capacidade de obter crédito junto a instituições financeiras e mercado de capitais local e internacional, suficiente para financiar suas necessidades de capital de giro e investimento em ativos não circulantes.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de março de 2024, os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia e suas controladas totalizavam R\$ 18.584,1 milhões, sendo que, em 31 de dezembro de 2023, totalizavam R\$ 17.623,6 milhões, em 31 de dezembro de 2022, totalizavam R\$ 10.458,9 milhões e, em 31 de dezembro de 2021, totalizavam R\$ 9.266,5 milhões.

(i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Segue abaixo a descrição dos empréstimos e financiamentos vigentes em 31 de março de 2024:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Modalidade	Encargos	Vencimento final dos contratos	Valor contratado	Valor captado	Consolidado	
					31/03/2024	31/12/2023
Debêntures	CDI + 3,9% a.a.	mar/34	1.000.000	1.000.000	965.540	-
Debêntures	CDI + 0,80% a 4,56% a.a.	jun/33	544.312	544.312	-	544.312
Debêntures	CDI + 0,65% a 3,47% a.a.	jun/24 a set/29	8.964.400	8.964.400	8.754.972	8.481.197
Debêntures	IPCA + 4,39 a 7,08% a.a.	jun/25 a mai/37	1.702.600	1.702.600	2.038.373	2.007.393
Debêntures	Pré 6,34% a 16,76% a.a.	mai/29 a jan/31	5.465.650	5.465.650	361.058	367.044
Loan Proparco	Libor 6 meses + 3,25% a.a.	dez/26	136.233	136.233	63.676	60.158
Projeto BNDES	IPCA 4,75% a 5,33% a.a., Pré 6% a.a.,	dez/24 a jul/40	1.360.101	956.355	638.952	658.359
	SELIC + 1,94% a 3,13% a.a., TJLP + 1,72% a 3,43% a.a.					
Projeto CEF	TR + 7,70% a 9,00% a.a.	abr/28 a fev/43	767.253	546.814	484.924	494.157
Sênior Notes (Bonds)	USD + 6,75% a 9,0% a.a.	mai/29 a jan/31	5.088.200	5.088.200	5.052.409	4.791.140
Capital de Giro	SELIC + 2,53% a.a.	nov/23	30.000	30.000	154.022	-
Notas Promissórias Comerciais	CDI + 2,45% a.a.	dez/24	150.000	150.000	-	149.021
Projeto BNB	IPCA + 1,17% a.a.	set/38	73.718	73.718	70.223	70.806
					18.584.149	17.623.587

Sexta emissão de debêntures

Em 19 de fevereiro de 2024, foi celebrada a escritura referente à sexta emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real, em série única, da Companhia, no montante de R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), com data de emissão em 11 de março de 2024, com vencimento em 11 de março de 2034 e juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI acrescida de sobretaxa de 3,90% ao ano, base 252 dias úteis, de acordo com a fórmula prevista na respectiva escritura de emissão, sobre o valor nominal atualizado das debêntures. As debêntures contam com garantia real na forma de alienação fiduciária de ações ordinárias de emissão da Aegea Saneamento e Participações S.A. (“Aegea”).

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações de longo prazo relevantes com instituições financeiras. A Companhia acredita possuir um relacionamento próximo e equilibrado com as principais instituições financeiras; no mercado brasileiro, visando pronto acesso a linhas de crédito para financiamento de investimentos e eventuais demandas adicionais de fortalecimento de capital de giro.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Nenhuma das dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas existentes em 31 de março de 2024 possui cláusula específica contratual de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. Assim, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor e nas garantias constituídas.

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo acontecerá de acordo com o disposto na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, observando a seguinte ordem: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(iii) créditos com garantia real; (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia cumpre com todas as obrigações materiais constantes nos contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia (individual) junto às instituições financeiras.

Essas obrigações referem-se a determinadas restrições, incluindo distribuição de dividendos, alienação de ativos, alienação de controle societário e reorganização societária, dentre outras cláusulas usuais de mercado, conforme descrito abaixo:

Sexta emissão de debêntures da Companhia (Controladora individual)

- declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira no âmbito do mercado financeiro e/ou mercado de capitais, local e internacional, da Emissora em valor individual ou agregado superior a R\$ 25.000.000,00, sendo que este valor deverá ser atualizado anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão;
- resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas pela Emissora, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
- caso a Emissora deixe de ser titular de 50% mais uma das ações ordinárias da Aegea;
- caso a Emissora deixe de ser considerada uma acionista controladora da Aegea;
- incorporação, fusão ou cisão da Companhia, exceto (i) se obtida aprovação prévia dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; ou (ii) em caso de incorporação ou fusão a companhia resultante do processo de incorporação ou fusão seja a Emissora e desde que antes e depois da incorporação não ocorra descumprimento dos *covenants* financeiros;
- ocorrência de cisão da Aegea que afete ou que possa afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as obrigações assumidas no âmbito das Debêntures;
- descumprimento, pela Companhia, dos seguintes *covenants* financeiros, auferidos anualmente pela Companhia, a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário por meio das demonstrações financeiras auditadas da Companhia (de forma individual), de 31 de dezembro de cada ano, sendo que a primeira apuração deverá ocorrer com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024: (i) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Emissora, conforme definido na respectiva escritura de emissão, deverá ser maior ou igual a 1,00 vezes; (ii) Dívida Bruta Total da Emissora deverá respeitar o nível máximo de R\$2.500.000.000,00, sendo que as dívidas que venham a ser captadas pela Emissora não poderão ser seniores em relação às Debentures objeto da Emissão Para efeitos de esclarecimento, em todo caso, a Dívida Líquida/EBITDA deverá estar e permanecer menor ou igual a 4,25 vezes.
- descumprimento, pela Emissora, do seguinte *covenant* financeiro, auferido anualmente pela Emissora, a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário por meio das demonstrações

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

financeiras auditadas consolidadas da Emissora, de 31 de dezembro de cada ano, sendo que a primeira apuração deverá ocorrer com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024: Dívida Financeira Líquida / EBITDA deverá ser menor ou igual a 4,25 vezes.

Adicionalmente, a Companhia informa que suas controladas Aegea Saneamento e Participações S.A. (“**Aegea**”) e Companhia Riograndense de Saneamento (“**Corsan**”) também são emissoras de debêntures e, portanto, também estão sujeitas a restrições ou *convenants* financeiros. As principais restrições impostas e as consequências de eventual inadimplemento das obrigações são estabelecidas em condições usuais de mercado para operações deste gênero, assim como as hipóteses de vencimento antecipado (que incluem, exemplificativamente, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pelas respectivas emissoras, transformação de seus tipos societários, alteração dos objetos sociais da respectiva emissora, protesto de títulos, inadimplemento de obrigações financeiras, descumprimentos de índices financeiros, dentre outros) e *cross default*. Para mais informações acerca das restrições impostas ou *convenants* financeiros aplicáveis às emissões de debêntures da Aegea e Corsan ou ainda sobre hipóteses de *cross default*, vide itens 2.1.f.(iv) e 12.3 dos respectivos Formulários de Referência disponíveis (i) no *website* da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>); e (ii) nos respectivos *websites* de relações com investidores (Aegea: <https://ri.aegea.com.br/>; Corsan: <https://investidores.corsan.com.br/>).

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

A Companhia possui contratos de financiamento destinados a projetos específicos, cujos recursos são liberados à medida que tais projetos são executados, não podendo ser utilizados para projetos que não sejam objeto do contrato.

Os contratos de financiamento contratados pela Companhia foram 100% desembolsados, exceto pelos descritos na tabela a seguir:

Exercício social encerrado em 31 de março de 2024

Empresa	Instituição	Moeda	Ano de vencimento	Índice e Taxa de juros (%)	% Desembolsado
Prolagos	BNDES	R\$	jan/22 a nov/35	Pré 3,0% a.a. a SELIC + 3,13% a.a. e TJLP + de 2,75% a.a. a 3,44% a.a.	82%
Corsan	CEF	R\$	abr/28 a nov/41	TR + 8,3% a 8,9%a.a.	51%
Corsan	BNDES	R\$	jan/27 a ago/38	TJLP +1,7% a 2,1% a.a. IPCA + 4,8% a %,3%a.a.	61%
Águas de Sinop	CEF	R\$	dez/29 a dez/39	TR + 8,5% a.a.	95%
Confresa	CEF	R\$	fev/43	TR + 8,7% a.a.	19%
Águas de São Francisco do Sul	BNDES	R\$	nov/38	TJLP + 3,30% a.a.	54%
Serra Ambiental	BNDES	R\$	dez/37	TJLP + 3,24% a.a.	47%
Manaus Ambiental	BNDES	R\$	dez/24 a jul/40	Pré 6,0% a.a. a SELIC + 1,94% a.a. e TJLP + de 1,94% a.a. a 2,97% a.a.	99,8%

(h) alterações significativas em itens das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa Comparação das principais contas patrimoniais em 31 de março de 2024 e em 31 de março de 2023

(em R\$ mil, exceto %)

Período de três meses findo em 31 de março de

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	2024	AV	2023	AV	AH
Receita operacional líquida	2.895.162	100,0%	1.181.000	100,0%	145,1%
Custos dos serviços prestados	-1.373.657	-47,4%	-530.023	-44,9%	159,2%
Lucro	1.521.505	52,6%	650.977	55,1%	133,7%
Despesas operacionais	-251.687	-8,7%	-40.081	-3,4%	527,9%
Administrativas e gerais	-358.222	-12,4%	-193.595	-16,4%	85,0%
Pesquisas e desenvolvimento	-6.244	-0,2%	-13.518	-1,1%	-53,8%
Outras receitas operacionais	122.775	4,2%	167.375	14,2%	-26,6%
Outras despesas operacionais	-9.996	-0,3%	-343	0,0%	2814,3%
Resultado de equivalência patrimonial	-28.803	-1,0%	45.632	3,9%	-163,1%
Resultado Financeiro líquido	-585.837	-20,2%	-442.580	-37,5%	32,4%
Resultado antes dos impostos	655.178	22,6%	213.948	18,1%	206,2%
Imposto de renda e contribuição social	-304.085	-10,5%	-98.188	-8,3%	209,7%
Resultado do exercício antes da participação dos acionistas não controladores	351.093	12,1%	115.760	9,8%	203,3%
Resultado atribuível aos acionistas controladores	-25.344	-0,9%	19.482	1,6%	-230,1%
Resultado atribuível aos acionistas não controladores	376.437	13,0%	96.278	8,2%	291,0%
Lucro líquido do exercício	351.093	12,1%	115.760	9,8%	203,3%

Receita operacional líquida

As receitas da Companhia são compostas preponderantemente pela cobrança das tarifas aos usuários, em função da prestação de serviços públicos de água e esgoto, no âmbito de contratos de concessão das sociedades controladas direta e indiretamente. Além disso, no âmbito da Parceria Público-Privada (Águas do Mirante S.A., Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A., Ambiental Vila Velha Concessionária de Saneamento SPE S.A. e Ambiental Metrosul Concessionária de Saneamento SPE S.A., Ambiental Cariacica Concessionária de Saneamento S.A. e Ambiental MS Pantanal Concessionária de Saneamento S.A.), a Companhia recebe repasse das tarifas pagas à autarquia pública da qual é parceira.

Em função das características do mercado onde atua, as receitas da Companhia e suas controladas possuem alto grau de previsibilidade, baixa elasticidade com relação à renda ou PIB, bem como baixo índice de inadimplência, o que possibilita obter constantes índices de crescimento em suas receitas operacionais.

A Companhia também afere receita de construção relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços. Conforme estabelecido pelo IFRIC 12 e na Interpretação Técnica ICPC01 - Contratos de Concessão e correlacionada ao IAS 11 e n CPC 17 - Contratos de construção, a receita de construção é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. As controladas, exceto no caso de Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A., Ambiental Vila Velha Concessionária de Saneamento SPE

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

S.A. e Ambiental Metrosul Concessionária de Saneamento SPE S.A., estimaram que eventual margem é irrelevante, considerando-a praticamente zero.

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$ 1.181,0 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2023 para R\$ 2.895,2 milhões no período de três meses findo em 31 de março 2024, representando um aumento de 145,1%, principalmente devido à aquisição da Corsan (responsável por um incremento de R\$ 1.107,4 milhões no período), além do aumento no volume faturado e dos reajustes tarifários na Águas do Rio e nas demais concessões.

Custos dos Serviços prestados

Os custos dos serviços prestados foram de R\$ 1.373,7 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2024, um aumento de 159,2% em relação aos R\$ 530,0 milhões apurados no período de três meses findo em 31 de março de 2023.

A conta de custos de serviços prestados, excluindo os custos de construção com margem próxima a zero, apresentou um aumento de 165,1%, passando de R\$ 312,6 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2023 para R\$ 828,7 milhões no período de três meses findo em 31 de março 2024. Os principais fatores que contribuíram para este desempenho foram a aquisição de Corsan, que contribuiu com um aumento de R\$ 474,8 milhões, além do início das novas operações da Ambiental Ceará e Ambiental Paraná, que foram responsáveis pela adição de R\$ 137,4 milhões no total dos custos e despesas.

Os custos de construção atingiram R\$ 476,8 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2024, um aumento de 140,7% em relação aos R\$ 198,1 milhões apurados no período de três meses findo em 31 de março de 2023. Este aumento é decorrente, principalmente, da aquisição da Corsan.

Despesas operacionais

As despesas operacionais aumentaram em 527,9%, passando de R\$ 40,1 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2023 para R\$ 251,7 milhões em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2024. Esse aumento ocorreu em virtude da aquisição da Corsan, que passou a ser consolidada no mês de julho de 2023, principalmente referentes a despesas com pessoal e serviços de terceiros.

As despesas administrativas, gerais e de vendas foram de R\$ 358,2 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2024, um aumento de 85,0% em comparação aos R\$ 193,6 milhões registrados no período de três meses findo em 31 de março de 2023, principalmente em decorrência da absorção das despesas gerais e administrativas em decorrência da aquisição da Corsan.

Lucro (prejuízo) bruto

O Lucro Bruto totalizou R\$ 1.521,5 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2024, representando um aumento de 133,7% em relação aos R\$ 651,0 milhões apurados no período de três meses findo em 31 de março de 2023, em decorrência principalmente da aquisição da Corsan.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido apresentou uma redução de R\$ 143,3 milhões, passando de uma despesa de R\$ 442,6 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2023 para uma despesa de R\$ 585,8 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2024, representando um aumento de despesas de 32,4%.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As receitas financeiras apresentaram um acréscimo de R\$ 302,1 milhões, passando de R\$ 303,0 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2023 para R\$ 605,3 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2024.

As despesas financeiras apresentaram um acréscimo de R\$ 445,6 milhões, passando de R\$ 745,6 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2023 para R\$ 1.191,2 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2024.

Resultado antes dos impostos

O resultado antes dos impostos atingiu R\$ 655,2 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2024, apresentando um aumento de R\$ 441,2 milhões ou 206,2% em comparação aos R\$ 213,9 milhões apurados no período de três meses findo em 31 de março de 2023.

Imposto de renda e contribuição social

No período de três meses findo em 31 de março de 2023, a Companhia teve uma despesa total de imposto de renda e contribuição social de R\$ 98,2 milhões. No período de três meses findo em 31 de março de 2024, esta despesa foi de R\$ 304,1, representando um aumento de 209,7%, ou R\$ 205,9 milhões.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

O lucro líquido no período de três meses findo em 31 de março de 2024 atingiu R\$ 351,1 milhões, um aumento de R\$ 235,3 milhões ou 203,3% quando comparado aos R\$ 115,8 milhões registrados no período de três meses findo em 31 de março de 2023. Essa variação ocorreu em razão, principalmente, da aquisição de Corsan.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2023	AV	2022	AV	AH
Receita operacional líquida	8.562.966	100,0%	4.634.045	100,0%	84,8%
Custos dos serviços prestados	(4.445.058)	-51,9	(2.269.087)	-49,0%	95,9%
Lucro	4.117.908	48,1%	2.364.958	51,0%	74,1%
Despesas operacionais	(584.529)	-6,8%	(602.144)	-13,0%	-2,9%
Administrativas e gerais	(954.658)	-11,1%	(686.734)	-14,8%	39,0%
Pesquisas e desenvolvimento	(23.358)	-0,3%	(14.064)	-0,3%	66,1%
Outras receitas operacionais	401.672	4,7%	102.094	2,2%	293,4%
Outras despesas operacionais	(8.185)	-0,1%	(3.440)	-0,1%	137,9%
Resultado de equivalência patrimonial	256.934	3,0%	240.065	5,2%	7,0%
Resultado Financeiro líquido	(1.894.999)	-22,1%	(1.311.175)	-28,3%	44,5%
Resultado antes dos impostos	1.895.314	22,1%	691.704	14,9%	174,0%
Imposto de renda e contribuição social	(724.435)	-8,5%	(373.973)	-8,1%	93,7%
Resultado do exercício antes da participação dos acionistas não controladores	1.170.879	13,7%	317.731	6,9%	268,5%
Resultado atribuível aos acionistas controladores	88.748	1,0%	87.948	1,9%	0,9%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado atribuível aos acionistas não controladores	1.082.131	12,6%	229.783	5,0%	370,9%
Lucro líquido do exercício	1.170.879	13,7%	317.731	6,9%	268,5%

(1) A coluna "AV" (análise vertical) indica a contribuição percentual de cada linha em relação ao total da receita líquida.

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$ 4.634,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 8.563,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 86,6%, resultado principalmente: (i) da aquisição da Corsan, que passou a ser consolidada no mês de julho de 2023 e responsável por um incremento de R\$ 1.993,7 milhões no período; (ii) reajustes e reequilíbrios tarifários; (iii) acréscimo de 38,7% no volume faturado, sendo a Corsan responsável por 85,1% da variação, contribuindo principalmente no volume faturado de água, que representou 72% do incremento apresentado pela Corsan no período; e (iii) aumento de 59,9% na receita de contraprestação das PPPs, justificado pelos investimentos na cobertura de esgoto.

Custos dos Serviços prestados

Os custos dos serviços prestados foram de R\$ 4.445,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, um aumento de 95,9% em relação aos R\$ 2.269,1 milhões apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A conta de custos de serviços prestados, excluindo os custos de construção com margem próxima a zero, apresentou um aumento de R\$ 1.429,3 milhões, passando de R\$ 1.309,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 2.738,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Os principais fatores que contribuíram para este desempenho foram:

- (i) A aquisição da Corsan, responsável por 74,2% da variação no período;
- (ii) Aumento de R\$ 131,4 milhões nos custos de construção de ativo financeiro;
- (iii) Aumento de R\$ 113,4 milhões na depreciação e amortização;
- (iv) Aumento de R\$ 70,5 milhões nos serviços de terceiros em comparação com 2022, em função do início de novas operações no período.

Os custos de construção atingiram R\$ 1.706,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, um aumento de 77,8% em relação aos R\$ 959,9 milhões apurados em 31 de dezembro de 2022. Este aumento é decorrente do maior CAPEX em obras de água e esgoto executados no exercício em comparação com 2022, além do aumento decorrente da aquisição da Corsan.

Despesas operacionais

As despesas operacionais reduziram em 2,9%, passando de R\$ 602,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 584,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Essa redução ocorreu em virtude do aumento das outras receitas operacionais, principalmente a receita de dividendos declarados da Águas do Rio, compensando o aumento nas despesas gerais e administrativas e de pesquisa e desenvolvimento.

As despesas administrativas, gerais e de vendas foram de R\$ 954,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, um aumento de 39,0% em comparação aos R\$ 686,7 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, principalmente em decorrência da aquisição da Corsan.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro (prejuízo) bruto

O Lucro Bruto totalizou R\$ 4.117,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 74,1% em relação aos R\$ 2.365,0 milhões apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em decorrência principalmente: (i) da aquisição da Corsan; (ii) reajustes e reequilíbrios tarifários; (iii) aumento no volume faturado; e (iii) aumento na receita de contraprestação das PPPs.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido apresentou uma redução de R\$ 583,8 milhões, passando de uma despesa de R\$ 1.311,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para uma despesa de R\$ 1.895,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de despesas de 44,5%.

As receitas financeiras apresentaram um acréscimo de R\$ 46,6 milhões, passando de R\$ 1.470,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 1.516,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

As despesas financeiras apresentaram um acréscimo de R\$ 630,4 milhões, passando de R\$ 2.781,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 3.411,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Os principais fatores que ocasionaram nessa variação foram: (i) o aumento de R\$ 348,1 milhões nos encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures em virtude do aumento da dívida da Companhia; (ii) o aumento de R\$ 313,1 milhões de perda com instrumentos financeiros derivativos.

Resultado antes dos impostos

O resultado antes dos impostos atingiu R\$ 1.895,3 milhões, apresentando um aumento de R\$ 1.203,6 milhões ou 174,0% em comparação aos R\$ 691,7 milhões apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Imposto de renda e contribuição social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia teve uma despesa total de imposto de renda e contribuição social de R\$ 724,4 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, esta despesa foi de R\$ 374,0 milhões, representando um aumento de 93,7%, ou R\$ 350,5 milhões.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

O lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 atingiu R\$ 1.170,9 milhões, um aumento de R\$ 853,1 milhões ou 268,5% quando comparado aos R\$ 317,7 milhões registrados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa variação ocorreu em razão dos efeitos positivos da aquisição da Corsan, reajustes tarifários, aumento no volume faturado e na receita de contraprestação das PPPs.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				
	2022	AV	2022	AV	AH
Receita operacional líquida	4.634.045	100,0%	3.711.180	100,0%	24,9%
Custos dos serviços prestados	(2.269.087)	-49,0%	(1.867.650)	-50,3%	21,5%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Lucro	2.364.958	51,0%	1.853.530	49,9%	27,6%
Despesas operacionais	(602.144)	-13%	(793.027)	-21,4%	-24,1%
Administrativas e gerais	(686.734)	-14,8%	(935.249)	-25,2%	-26,6%
Pesquisas e desenvolvimento	(14.064)	-0,3%	(5.757)	-0,2%	144,3%
Outras receitas operacionais	102.094	2,2%	162.545	4,4%	-37,2%
Outras despesas operacionais	(3.440)	-0,1%	(14.566)	-0,4%	-76,4%
Resultado de equivalência patrimonial	240.065	5,2%	63.674	1,7%	277,0%
Resultado Financeiro líquido	(1.311.175)	-28,3%	(710.179)	-19,1%	84,6%
Resultado antes dos impostos	691.704	14,9%	413.998	11,2%	67,1%
Imposto de renda e contribuição social	(373.973)	-8,1%	(310.186)	-8,4%	20,6%
Resultado do exercício antes da participação dos acionistas não controladores	317.731	6,9%	103.812	2,8%	206,1%
Resultado atribuível aos acionistas controladores	87.948	1,9%	(238.394)	-6,4%	-136,9%
Resultado atribuível aos acionistas não controladores	229.783	5,0%	342.206	9,2%	-32,9%
Lucro líquido do exercício	317.731	6,9%	103.812	2,8%	206,1%

Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$ 3.711,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 4.634,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 25,0%, resultado principalmente de: (i) reajustes e reequilíbrios tarifários; (ii) acréscimo de 7,6% no volume faturado, devido à expansão no número de economias atendidas, com destaque para o volume faturado de esgoto que aumentou em 16,2%; e (iii) aumento de 12,5% na receita de contraprestação das PPPs, justificado pelos investimentos na cobertura de esgoto.

Custos dos Serviços prestados

Os custos dos serviços prestados foram de R\$ 2.269,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, um aumento de 22,1% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

A conta de custos de serviços prestados, excluindo os custos de construção com margem próxima a zero, apresentou um aumento de R\$ 223,6 milhões ou 20,6%, passando de R\$ 1.085,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.309,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Os principais fatores que contribuíram para este desempenho foram:

- (i) Aumento de R\$ 149,1 milhões nas despesas com pessoal;
- (ii) Aumento de R\$ 116,7 milhões nos custos de amortização e depreciação em relação ao ano anterior;
- (iii) Aumento de R\$ 31,4 milhões nos custos de construção de ativo financeiro;

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(iv) Aumento de R\$ 20,1 milhões no custo de energia elétrica em comparação com 2021, em função da bandeira tarifária ter sido predominantemente vermelha no ano, além do aumento nos encargos e dos reajustes tarifários ocorridos no período.

Os custos de construção tiveram aumento de 24,3%, atingindo R\$ 959,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Este aumento é decorrente do maior CAPEX em obras de água e esgoto executados no exercício em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Despesas operacionais

As despesas operacionais reduziram em 24,1%, passando de R\$ 793,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 602,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

As despesas administrativas, gerais e de vendas foram de R\$ 686,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, uma redução de 26,6% na comparação com exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa redução é decorrente de uma contingência de R\$ 317,4 milhões em 2021.

Lucro (prejuízo) bruto

O Lucro Bruto totalizou R\$ 2.365,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, representando um aumento de 27,6% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em decorrência principalmente: (i) do aumento no volume faturado, principalmente de esgoto, com o início das operações de novas PPPs; (ii) receita de contraprestação das PPPs; (iii) reajustes tarifários realizados no período.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido apresentou uma piora de R\$ 601,0 milhões, passando de uma despesa de R\$ 710,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para uma despesa de R\$ 1.311,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

As receitas financeiras apresentaram um acréscimo de R\$ 314,7 milhões, passando de R\$ 1.155,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 1.470,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

As despesas financeiras apresentaram um acréscimo de R\$ 915,7 milhões, passando de R\$ 1.865,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 2.781,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Os principais fatores que ocasionaram nessa variação foram: (i) o aumento de R\$ 469,6 milhões nos encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures; (ii) o aumento de R\$ 337,3 milhões das despesas com perdas com instrumentos derivativos.

Resultado antes dos impostos

O resultado antes dos impostos atingiu R\$ 691,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentando um aumento de R\$ 277,7 milhões ou 67,1% em comparação com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Imposto de renda e contribuição social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia teve uma despesa total de imposto de renda e contribuição social de R\$ 374,0 milhões. No exercício social encerrado em

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

31 de dezembro de 2021, esta despesa foi de R\$ 310,2 milhões, representando um aumento de 20,6%, ou R\$ 63,8 milhões.

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

O lucro líquido do exercício atingiu R\$ 317,7 milhões, um aumento de 206,1% em razão das maiores receitas, que foram parcialmente compensadas por maiores despesas financeiras decorrentes do aumento da taxa de juros.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A seguir são apresentadas as variações nas demonstrações do fluxo de caixa da Companhia, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, bem como para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023.

Comparação entre os fluxos de caixa para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023.

(Em R\$ mil, exceto %)	Período de três meses findo em 31 de março de		
	2024	2023	AH (%)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	520.939	293.045	77,8%
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	89.426	-543.481	N/A
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	-19.580	313.408	N/A
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	138.976	77.126	80,2%
Ajuste de conversão de balanço	0	0	N/A
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março	729.761	140.098	420,9%
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	590.785	62.972	838,2%

Fluxo de caixa líquido nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 520,9 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2024, apresentando um aumento de R\$ 227,9 milhões em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, quando registrou uma geração de R\$ 293,0 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, da Corsan, além do aumento no volume faturado e dos reajustes tarifários na Águas do Rio e nas demais concessões.

Fluxo de caixa líquido nas atividades de investimento

O caixa líquido gerado nas atividades de investimento totalizou R\$ 89,4 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2024, apresentando uma variação de R\$ 623,9 milhões em relação ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, quando registrou um consumo de R\$ 534,5 milhões. Essa variação foi decorrente, principalmente, da linha de aplicações financeiras e debêntures privadas, líquidas, em decorrência das novas emissões do período.

Fluxo de caixa líquido nas atividades de financiamento

O caixa líquido usado nas atividades de financiamento totalizou R\$ 19,6 milhões no período de três meses findo em 31 de março de 2024, apresentando uma variação de R\$ 321,8 milhões em relação

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, quando registrou uma geração de R\$ 302,3 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento em dividendos pagos no período.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

(Em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	AH (%)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	752.222	-33.777	N/A
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	-5.776.732	-1.243.729	364%
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	5.086.360	1.326.778	283%
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	77.126	105.732	-27%
Ajuste de conversão de balanço	-	-77.878	-100%
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	138.976	77.126	80%
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	61.850	49.272	26%

Fluxo de caixa líquido nas atividades operacionais

O caixa líquido gerado nas atividades operacionais totalizou R\$ 752,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentando um aumento de R\$ 786,0 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando registrou um consumo de R\$ 33,8 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, pelo aumento de R\$ 1.203,6 milhões no resultado antes dos tributos, em virtude da aquisição da Corsan mencionada anteriormente. Essa variação mais do que compensou o aumento dos juros e imposto de renda e contribuição social pagos do período.

Fluxo de caixa líquido nas atividades de investimento

O caixa líquido usado nas atividades de investimento totalizou R\$ 5.776,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentando uma variação de R\$ 4.533,0 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando registrou R\$ 1.243,7 milhões. Essa variação foi decorrente, principalmente da variação de R\$ 3.305,8 milhões na linha de aplicações financeiras e debêntures privadas, líquidas, em decorrência das novas emissões do período.

Fluxo de caixa líquido nas atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente de atividades de financiamento totalizou um saldo de R\$ 5.086,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, apresentando um aumento de R\$ 3.759,6 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, quando registrou R\$ 1.326,8 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento da linha de empréstimos, financiamentos e debêntures captadas, relativo às emissões de debêntures da Aegea

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(13ª, 14ª, 15ª, 17ª), assim como a 3ª emissão de Bonds; Corsan (5ª emissão); Prolagos (6ª emissão) e Manaus (5ª emissão).

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021

(Em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	AH (%)
Fluxo de caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades operacionais	(33.777)	82.986	N/A
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimento	(1.243.729)	(5.325.216)	-77%
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	1.326.778	5.265.955	-75%
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	105.732	82.007	29%
Ajuste de conversão de balanço	(77.878)	-	N/A
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	77.126	105.732	-27%
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	49.272	23.725	108 %

Fluxo de caixa líquido nas atividades operacionais

O caixa líquido utilizado nas atividades operacionais totalizou R\$ 33,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentando uma variação de R\$ 116,8 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando registrou uma geração de R\$ 83,0 milhões. Essa variação decorreu, principalmente, do aumento de juros pagos no período, apresentando uma variação de R\$ 520,6 milhões.

Fluxo de caixa líquido nas atividades de investimento

O caixa líquido usado nas atividades de investimento totalizou R\$ 1.243,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentando uma variação de R\$ 4.081,5 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando registrou R\$ 5.325,2 milhões. Essa variação foi decorrente, principalmente de menores aportes realizados em coligadas, devido à aquisição de águas do Rio 1 e 4 que ocorreu em 2021.

Fluxo de caixa líquido nas atividades de financiamento

O caixa líquido proveniente de atividades de financiamento totalizou um saldo de R\$ 1.328,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, apresentando uma redução de R\$ 3.939,1 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, quando registrou R\$ 5.266,0 milhões. Essa variação decorreu, principalmente da linha de recursos provenientes de aporte de capital, relacionada ao Acordo de Investimentos e Aportes na Aegea concluído em 1º de julho de 2021.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultados operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 2,9 bilhões no período de três meses findo em 31 de março de 2024 e R\$ 8,6 bilhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. A seguir, apresentamos a composição da receita líquida da Aegea:

As receitas da Aegea são compostas preponderantemente pela cobrança das tarifas aos usuários, em função da prestação de serviços públicos de água e esgoto, no âmbito de contratos de concessão. Além disso, no âmbito da Parceria Público-Privada (Águas do Mirante S.A., Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A., Ambiental Vila Velha Concessionária de Saneamento SPE S.A. e Ambiental Metrosul Concessionária de Saneamento SPE S.A., Ambiental Cariacica Concessionária de Saneamento S.A. e Ambiental MS Pantanal Concessionária de Saneamento S.A.), a Companhia recebe repasse das tarifas pagas à autarquia pública da qual é parceira.

Em função das características do mercado onde atua, as receitas da Aegea possuem alto grau de previsibilidade, baixa elasticidade com relação à renda ou PIB, bem como baixo índice de inadimplência, o que possibilita obter constantes índices de crescimento em suas receitas operacionais.

A Aegea também afere receita de construção relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços. Conforme estabelecido pelo IFRIC 12 e na Interpretação Técnica ICPC01 - Contratos de Concessão e correlacionada ao IAS 11 e n CPC 17 - Contratos de construção, a receita de construção é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. As controladas, exceto no caso de Ambiental Serra Concessionária de Saneamento S.A., Ambiental Vila Velha Concessionária de Saneamento SPE S.A., Ambiental Cariacica Concessionária de Saneamento S.A. e Ambiental Metrosul Concessionária de Saneamento SPE S.A., estimaram que eventual margem é irrelevante, considerando-a praticamente zero.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A receita operacional líquida da Companhia, excluída a receita de construção, passou de R\$ 3.674,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$ 6.856,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 86,6%. Esse crescimento é decorrente, principalmente:

- (i) da aquisição da Corsan, que passou a ser consolidada no mês de julho de 2023 e responsável por um incremento de R\$ 1.993,7 milhões no período;
- (ii) Reajustes e reequilíbrios tarifários;
- (iii) Acréscimo de 38,7% no volume faturado, sendo a Corsan responsável por 85,1% da variação, contribuindo principalmente no volume faturado de água, que representou 72% do incremento apresentado pela Corsan no período; e
- (iv) Aumento de 59,9% na receita de contraprestação das PPPs, justificado pelos investimentos na cobertura de esgoto.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Seguindo o que determina a legislação aplicável, as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, bem como dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis da Companhia nos últimos exercícios sociais. Não houve alterações significativas nas práticas contábeis no exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os diretores da Companhia informam que não houve ressalvas ou ênfases nos relatórios de revisão das informações financeiras referentes nos pareceres de auditoria das demonstrações financeiras referentes aos últimos três exercícios sociais, bem como das informações financeiras trimestrais relativas ao período de três meses findo em 31 de março de 2024.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social e no período de três meses findo em 31 de março de 2024, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedade de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 1.12 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 2.1(h) deste Formulário de Referência.

(c) eventos ou operações não usuais

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social e no período de três meses findo em 31 de março de 2024, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

2.7 Destinação de resultados

2.7 - Destinação de resultados

	2023	2022	2021
a. regras sobre retenção de lucros	Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral. Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, uma reserva para dividendos adicionais propostos.	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral. Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, uma reserva para dividendos adicionais propostos.	Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral. Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia detinha, além das reservas obrigatórias previstas na legislação, uma reserva para dividendos adicionais propostos.
a.i. valores das retenções de lucros	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) 79%% foram destinados à adicionais propostos da Companhia; e (iii) 16%% foram destinados a conta de reserva de lucros.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5% foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) 27%% foram destinados à adicionais propostos da Companhia; e (iii) 68%% foram destinados a conta de reserva de lucros.	No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encerrou o exercício com prejuízo.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia adotava como política de distribuição de dividendos as previsões contidas na Lei das Sociedades por Ações.	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adotava como política de distribuição de dividendos as previsões contidas na Lei das Sociedades por Ações.	Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adotava como política de distribuição de dividendos as previsões contidas na Lei das Sociedades por Ações.
b. regras sobre distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia adotava como política de distribuição de dividendos as previsões	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adotava como política de distribuição de dividendos as previsões	Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adotava como política de distribuição de dividendos as previsões

2.7 Destinação de resultados

	2023	2022	2021
	contidas na Lei das Sociedades por Ações.	contidas na Lei das Sociedades por Ações.	contidas na Lei das Sociedades por Ações.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual de dividendos, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar o balanço semestral, e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual de dividendos, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar o balanço semestral, e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual de dividendos, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar o balanço semestral, e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. política de destinação de resultados	A Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	A Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	A Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) **os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

(i) **carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos três últimos exercícios sociais.

(ii) **contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos três últimos exercícios sociais.

(iii) **contratos de construção não terminada**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de construção não terminada não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos três últimos exercícios sociais.

(iv) **contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos três últimos exercícios sociais.

(b) **outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos três últimos exercícios sociais.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 - Comentários sobre itens não evidenciados

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos três últimos exercícios sociais.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos três últimos exercícios sociais.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos três últimos exercícios sociais.

2.10 Planos de negócios

2.10 - Plano de negócios

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos previstos ou em andamento da Companhia seguem o planejamento financeiro aprovado pelo Conselho de Administração para este ano. Os investimentos previstos são relacionados ao negócio principal da Companhia, em linha com a sua estratégia de crescimento, principalmente para aquisição de participação em outras sociedades e/ou aumento de participação nas entidades controladas, considerando oportunidades dentro de uma adequada relação risco e retorno. Desta forma, o montante estimado de investimentos da Companhia é determinado (i) a partir de oportunidades de aquisição de participação em outras companhias, sociedades ou veículos de investimento que desenvolvam atividades em linha com o objeto social da Companhia; ou (ii) nas hipóteses em que as companhias e sociedades por ela controladas logrem êxito em leilões de prestação de serviços públicos em linha com o objeto social da Companhia. Por exemplo, na data de apresentação deste Formulário de Referência, determinada sociedade controlada pela Companhia avalia a participação em leilão de concessão de serviços de saneamento no Estado de Sergipe e, caso tal sociedade logre êxito, a Companhia deverá realizar volume de investimento em *capex* da ordem de grandeza de R\$ 6,2 bilhões.

Conforme opção facultada nos termos da Resolução CVM 80, a Companhia não divulgou projeções para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e para o exercício social corrente.

Com relação à Aegea, controlada direta e único ativo de investimento da Companhia, os investimentos previstos ou em andamento são baseados nas metas estabelecidas em contratos de concessão das operações das controladas. As metas fazem referência às melhorias operacionais tais como, aumento da cobertura de atendimento no abastecimento de água e/ou da cobertura de atendimento da coleta de esgoto, crescimento do percentual de esgoto tratado, redução de perdas dentre outros. Por serem contratos de longo prazo, as soluções utilizadas para o cumprimento destas metas partem de um orçamento de investimento inicial que passa por adequações com o passar do tempo dadas as inovações tecnológicas e eventos inesperados passíveis de ocorrer ao longo de determinado prazo. Adicionalmente, a Aegea possui a flexibilidade de antecipar o cronograma de investimentos inicialmente previsto nos contratos de concessão, haja vista que com a conexão de novos clientes à base o retorno é ampliado.

A Companhia apresenta a seguir o detalhamento dos seus investimentos e da Aegea no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023:

Investimentos (Em R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Total de Investimentos	2.344,3	973,9	776,5

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem contratadas as principais fontes de recursos apresentadas no item 2.1.f.(i) deste Formulário de Referência, por meio de escrituras de emissão

2.10 Planos de negócios

de debêntures. Adicionalmente, sempre que adequado a sua estrutura de capital, a Companhia poderá acessar diversas fontes de empréstimos e financiamentos, tendo como principal objetivo a realização de investimentos.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia e suas controladas não realizaram quaisquer desinvestimentos de capital nos três últimos exercícios sociais, bem como não possui desinvestimentos de capital em andamento.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não adquiriu plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar sua capacidade produtiva.

(c) novos produtos e serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos ou serviços em desenvolvimento ou previstos.

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos ou serviços em desenvolvimento ou previstos.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos ou serviços em desenvolvimento ou previstos.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos ou serviços em desenvolvimento ou previstos.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui novos produtos ou serviços em desenvolvimento ou previstos.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

Alinhada às melhores práticas globais e ao compromisso com a agenda 2030 da ONU, a Companhia vem atuando em diversas frentes para estabelecer um modelo sustentável de abastecimento de água tratada em suas concessionárias, seja reduzindo as perdas, aumentando a resiliência hídrica, realizando melhorias nos sistemas de distribuição, promovendo ações para o consumo consciente ou viabilizando a utilização da água de reuso nas indústrias.

A Companhia destaca como oportunidades os projetos para transição para uma economia de baixo carbono, especialmente os relacionados à destinação nobre do lodo, aproveitamento energético e geração de biogás e biometano, produção de energia renovável, redução do consumo de energia e redução das perdas de água e seu respectivo reuso. Abaixo, destaca-se em maior detalhe as oportunidades e seus impactos para o negócio:

2.10 Planos de negócios

- Redução dos custos e despesas, por meio de projetos de redução e destinação de resíduos, especialmente o lodo, redução do consumo de energia e das perdas de água;
- Desenvolvimento de fontes geradoras de energia, especialmente biogás e biometano;
- Matriz energética majoritariamente renovável, por meio de projetos de geração distribuída e de compra de energia no mercado livre atrelados à produção de energia exclusivamente em fontes limpas;
- Ampliação das receitas com projetos de reuso de água para fins industriais, passando a servir novos clientes industriais;

Todo esse trabalho que vem incrementando os serviços de saneamento básico prestados para a população da área de concessão, e contribuirão de forma positiva para a recuperação ambiental das regiões onde a Companhia atua.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 - Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Na data deste Formulário de Referência, todas as informações relevantes em relação a esta seção 2 foram disponibilizadas nos itens acima.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM 80, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa e a Companhia optou por não divulgar projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades.

(a) objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 - Acompanhamento das projeções

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas coligadas adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas coligadas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

(a) à Companhia

O crescimento da participação da Companhia no setor pode não ser atingido, o que pode afetar de forma adversa sua capacidade operacional e financeira.

Nos últimos anos a Companhia obteve um rápido crescimento, acompanhado da expansão geográfica e consolidação de suas operações em razão da obtenção de novas concessões, parcerias público-privadas e, também, a aquisição de concessionárias prestadoras de serviços públicos de água e esgoto. A Companhia, por meio das suas subsidiárias, está presente em mais de 500 municípios localizados em 14 estados, o que corresponde a mais de 31 milhões de pessoas atendidas.

A Companhia pretende continuar a expandir suas atividades no mercado em que atua, incluindo estados ainda não explorados para aproveitar oportunidades de crescimento de mercado existentes e futuras. Para tanto, a Companhia depende, dentre outros fatores, da ocorrência de novos processos licitatórios para novas concessões em saneamento e do estabelecimento de novas parcerias público-privadas, da velocidade de condução dos aludidos processos junto ao Poder Público, da concorrência em cada processo de aquisição/licitação e da capacidade da Companhia em conseguir parceiros de negócios, recursos financeiros e operacionais para viabilizar a expansão dos negócios e de obter êxito nesses processos.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Desta forma, a Companhia pode não ser capaz de aumentar ou manter níveis similares de crescimento no futuro e seus resultados operacionais nos últimos períodos ou exercícios podem não ser indicativos de seu desempenho futuro.

O crescimento da Companhia tem exigido constantemente uma considerável adaptação nos controles internos e recursos administrativos, técnicos, operacionais e financeiros. O crescimento da Companhia e a expansão de projetos em estados em que já atua, bem como em outros municípios poderão gerar a necessidade de novos recursos e ajustes de seus controles internos, bem como depender substancialmente da capacidade da Companhia de implementar e gerir a expansão desses recursos.

A obtenção de novas concessões, novas parcerias público-privadas e novas aquisições envolvem riscos relacionados à integração dos negócios adjudicados ou adquiridos, ao estado dos bens e à regularidade das operações relativas às concessões.

Existem riscos relacionados às novas concessões, às novas parcerias público-privadas e às concessões detidas pelas empresas adquiridas, tais como: (i) a situação real dos bens afetos à concessão eventualmente divergir da descrição apresentada nos editais, nos contratos de parceria público-privadas e nos contratos de concessão, (ii) inexistência e/ou irregularidade de licenças ambientais, (iii) inexistência de outorgas para operação de poços, e/ou (iv) irregularidades fundiárias. Além disso, a Companhia pode ter dificuldade na transferência dos bens afetos às concessões, bem como os mesmos podem estar em mau estado, o que pode acarretar a necessidade de investimentos adicionais. Essas irregularidades dificultam ou inviabilizam a obtenção de financiamentos junto a instituições financeiras, o que pode comprometer o atingimento de metas originalmente previstas nos contratos de concessão e de parceria público-privada. Adicionalmente, no caso das empresas adquiridas, pode haver atrasos na obtenção da anuência do poder concedente ou de credores das mesmas para alteração do controle ou a Companhia pode não obter as referidas anuências. A não obtenção dessas concessões, parcerias e/ou novas aquisições pode gerar a frustração dos resultados esperados com relação aos projetos da Companhia.

Além disso, o processo de integração de operações de novas concessões e de empresas adquiridas pode resultar em dificuldades ou atrasos de natureza operacional, contábil, comercial, financeira e contratual, incluindo, mas não se limitando a:

- (i) dificuldade em manter um bom relacionamento entre a Companhia, as empresas adquiridas e os respectivos poderes concedentes, conforme o caso;
- (ii) dificuldade de implementar a cultura operacional e organizacional da Companhia às empresas adquiridas;
- (iii) dificuldade de integração das plataformas tecnológicas, negócios e operações adjudicadas ou adquiridas;
- (iv) potencial perda de empregados-chave das empresas adquiridas;
- (v) custos adicionais não programados relacionados ao processo de integração.

Os contratos financeiros da Companhia estabelecem obrigações específicas e qualquer inadimplemento em decorrência da inobservância dessas obrigações pode acarretar o inadimplemento ou vencimento antecipado desses contratos e afetar adversamente a condição financeira da Companhia e sua capacidade de conduzir seus negócios e de contrair novas dívidas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia é e poderá vir a ser parte em contratos financeiros que exigem a manutenção de certos índices financeiros ou o cumprimento de determinadas obrigações. Qualquer inadimplemento dos termos de tais contratos, que não seja sanado pela Companhia ou renunciado por seus respectivos credores, poderá resultar na decisão desses credores em declarar o vencimento antecipado do saldo devedor das respectivas dívidas e resultar no vencimento antecipado de outros contratos financeiros celebrados pela Companhia. Além disso, um dos contratos financeiros impõe restrições à capacidade da Companhia de contrair dívidas adicionais.

Adicionalmente, parte da receita operacional poderá ser vinculada a contratos financeiros celebrados no curso normal dos negócios da Companhia.

Os ativos e o fluxo de caixa da Companhia podem não ser suficientes para pagar integralmente o saldo devedor de seus contratos financeiros, quando de seus respectivos vencimentos ou na hipótese de seus vencimentos antecipados. Adicionalmente, caso a Companhia enfrente limitações na captação de recursos decorrentes desses contratos financeiros ou de qualquer outra situação que a impeça de concluir seu programa de investimentos ou de executar seus planos comerciais de maneira geral, a Companhia poderá não ser capaz de atender a todas as suas necessidades de liquidez e de recursos financeiros, o que poderá causar um efeito prejudicial nos seus negócios e resultados.

Para mais informações acerca dos *covenants* previstos nos instrumentos financeiros da Companhia e suas respectivas cláusulas de *cross default* vencimento antecipado, veja o item 2.1(f) deste Formulário de Referência.

O retorno do investimento em infraestrutura realizado pela Companhia para a prestação de serviços públicos de água e esgoto pode não ocorrer ou ocorrer de forma diversa da prevista, o que pode causar um efeito prejudicial nos negócios da Companhia.

O investimento necessário para a implantação de projetos de infraestrutura que viabilizem a prestação de serviços públicos de água e esgoto é bastante elevado, sendo que a Companhia financia parte significativa do investimento com capital de terceiros. O processo de turnaround operacional das concessões requer um conjunto de aplicações de processos, metodologias e tecnologias que visam a otimização da alocação de recursos. Durante esse processo, diversos eventos de ordem política, econômica, regulatória e climática, entre outros, podem ocorrer e com isso comprometer a rentabilidade dos projetos, sendo possível que não haja o retorno originalmente estimado dos respectivos investimentos realizados, ou que haja apenas retorno parcial, ou ainda, que a Companhia não seja capaz de cumprir tempestivamente suas obrigações em virtude de tais eventos, o que poderá causar um efeito prejudicial em seus negócios.

A Companhia pode incorrer em custos de investimento, de operação e de manutenção maiores do que os estimados, o que pode causar um efeito prejudicial nos negócios e resultados da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de aumentar ou manter no futuro os níveis similares de crescimento operacional identificado no último ano, da mesma forma que os resultados operacionais nos últimos períodos ou exercício podem não ser indicativos de seu desempenho futuro.

O crescimento da Companhia exigiu, e espera-se que continue a exigir, uma considerável adaptação nos controles internos e recursos administrativos, técnicos, operacionais e financeiros. A realização dos projetos que fazem parte de sua concessão, dentre eles a ampliação das redes de coleta e distribuição e demais obras relacionadas às metas contratuais poderão gerar a necessidade de novos recursos e ajustes de seus controles internos, bem como depender

4.1 Descrição dos fatores de risco

substancialmente da capacidade da Companhia de implementar e gerir a expansão desses recursos.

A capacidade da Companhia de concluir adequadamente seus planos de investimentos que contemplam, principalmente, a expansão dos serviços, manutenção e melhoria de ativos operacionais, em especial os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, exigidos em razão das metas do contrato de concessão e obter recursos suficientes para tanto, está sujeita, dentre outros fatores, à possibilidade de alteração unilateral destas regras pelo Poder Concedente, a flutuações no custo de mão-de-obra e matéria-prima, mudanças no cenário econômico brasileiro e internacional, acesso a fontes de financiamentos, falhas ou interrupções no fornecimento de matéria-prima e na prestação de serviços, inclusive resultantes de problemas técnicos imprevisíveis. Esses fatores podem aumentar significativamente os custos da Companhia e, caso não seja possível repassar tais custos a terceiros, o que inclui principalmente os clientes, os mesmos poderão causar um efeito prejudicial nos negócios e resultados da Companhia.

As apólices de seguros que a Companhia mantém podem ser insuficientes para cobrir eventuais sinistros.

A Companhia não pode garantir que suas apólices de seguro vigentes sejam adequadas e/ou suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos inerentes às suas atividades. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância de subcontratados da Companhia em cumprir com as obrigações indenizatórias assumidas perante a Companhia ou em contratar seguros, pode ter um efeito adverso para a Companhia.

As concessões da Companhia poderão sofrer intervenção do Tribunal de Contas do Estado, bem como questionamentos de terceiros em relação à concessão, o que poderá causar um efeito prejudicial relevante nos negócios e resultados da Companhia.

Por meio de solicitação da Câmara Municipal ou de qualquer terceiro interessado, o Tribunal de Contas pode intervir durante toda a concessão para averiguação das condições da mesma. Uma eventual intervenção poderá acarretar a paralisação das atividades decorrentes do investimento, podendo, inclusive, implicar a anulação do contrato e perda do investimento realizado.

Além disso, as concessionárias e a Companhia podem sofrer questionamentos de terceiros, incluindo do Ministério Público, em sua concessão. A ocorrência de qualquer destes fatores poderá causar um efeito prejudicial relevante nos negócios e resultados da Companhia.

Por fim, em razão da Companhia e demais empresas do grupo Aegea se relacionarem diretamente com entes públicos (poderes concedentes), decorrente da celebração de contratos de concessão e de parcerias público-privada, nós estamos sujeitos a investigações que podem requerer, nos termos da legislação aplicável, desde a anulação dos nossos contratos de concessão (e/ou aditivos) até multas ou mesmo a proibição de contratar com entes públicos.

Existem processos judiciais em andamento que discutem os termos e condições de certas concessões. A Companhia não pode garantir que referidos processos serão julgados favoravelmente a ela ou às suas concessionárias e eventuais decisões contrárias poderão afetar adversamente os seus negócios, podendo, inclusive, resultar em anulação de contrato de concessão. Para maiores informações sobre as investigações e demais processos, ver item 4.4 deste Formulário de Referência.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a investigações e fiscalizações por Comissões Parlamentares de Inquérito (“CPIs”) e o resultado dessas CPIs pode afetar a Companhia negativamente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a fiscalizações e investigações por CPIs que eventualmente sejam instauradas por Câmaras Municipais ou Assembleias Legislativas dos municípios e estados, respectivamente, em que presta serviço, sendo usual que os administradores da Companhia e de suas controladas sejam objeto da fiscalização e/ou investigação sejam convocados para prestar esclarecimentos.

As CPIs exercem função de fiscalização, visando à informação, ao esclarecimento, à sindicância e averiguação de supostos fatos irregulares. Seu objetivo é indagar, inquirir, sindicatar as atividades públicas. O encerramento de uma CPI não possui caráter punitivo, mas poderá, no caso de conclusões adversas, ensejar recomendações a outras autoridades competentes (Ministério Público, Tribunais de Contas, e/ou Agências Reguladoras), para instauração os competentes processos administrativos ou judiciais em face das controladas da Companhia.

As CPIs e eventuais procedimentos administrativos ou judiciais delas decorrentes e que sejam relevantes para os negócios da Companhia serão devidamente divulgados em item próprio deste Formulário de Referência.

Decisões judiciais desfavoráveis, investigações ou alegações podem nos afetar adversamente.

A Companhia e demais empresas do grupo Aegea figuram no polo passivo em diversos processos administrativos e judiciais, nas esferas fiscal, cível, criminal, trabalhista, fundiária e regulatória. Não podemos garantir que serão obtidos resultados favoráveis ou que processos judiciais ou administrativos propostos contra nós e demais empresas do grupo serão julgados improcedentes, ou, ainda, que nossas provisões sejam suficientes. Caso nós a Companhia e demais empresas do grupo venham a ser condenadas nestes processos em montante superior aos valores provisionados, os seus negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como fluxos de caixa poderão ser adversamente afetados. Para maiores informações, ver item 4.4 deste Formulário de Referência.

Adicionalmente, a controlada da Aegea, Águas Guariroba S.A. (“**Águas Guariroba**”) é alvo de procedimentos investigatórios decorrente da operação denominada “Lama Asfáltica”. Na medida em que novas notícias de mídias relativas a tais investigações sejam divulgadas, é possível que a percepção pública e reputação da Águas Guariroba possa sofrer um efeito adverso, bem como é possível que os desdobramentos das investigações incluam a instauração de novos processos e procedimentos administrativos e/ou judiciais que poderiam trazer efeitos financeiros adversos.

A operação “Lama Asfáltica” trata de investigação iniciada pela Polícia Federal sobre documentos apreendidos, os quais sugerem crimes de fraude a licitações da AGESUL – Agência Estadual de Gestão de Empreendimento do Estado do Mato Grosso do Sul, de lavagem de dinheiro através de contratos simulados, bem como corrupção ativa e passiva, cometidos por determinados agentes de pessoas jurídicas privadas e agentes públicos, que teriam pago e recebido vantagens indevidas em troca de favorecimento às empresas envolvidas em licitações e contratos públicos e na concessão de benefícios fiscais.

Uma fase da operação “Lama Asfáltica”, denominada “Máquinas de Lama”, incluiu a realização de busca e apreensão de documentos na Águas Guariroba. A decisão judicial que deferiu a realização, em 11 de maio de 2017, de tal diligência, apontou a suspeita de que tal controlada teria se utilizado de empresas interpostas para atribuir vantagens indevidas a agentes públicos estaduais do Mato Grosso do Sul e a partido político.

Segundo o Ministério Público Federal, a Águas Guariroba e outras controladas da Aegea teriam celebrado contratos simulados com outra pessoa jurídica para a realização de pagamentos que,

4.1 Descrição dos fatores de risco

posteriormente, teriam sido revertidos a agentes públicos e partido político. Também foi alegada que determinada aquisição, por parte da Águas de Guariroba, de diversos exemplares de livro escrito por parente de agente público do Estado Mato Grosso do Sul teria tido a finalidade de favorecimento do referido agente e de obtenção de vantagens indevidas para a Águas Guariroba.

Após realização de investigação independente contratada pelo Conselho de Administração da Companhia para averiguar as alegações de fato e desdobramentos relacionadas a Lama Asfáltica, a Administração da Companhia reuniu os elementos necessários e finalizou durante o quarto trimestre de 2021 a mensuração dos efeitos nos saldos contábeis da Companhia e de algumas de suas controladas, relacionadas principalmente à capitalização de ativos intangíveis (CPC 04 - R1) e efeitos tributários, tendo procedido com as respectivas correções retrospectivas. Consequentemente, os saldos de abertura dos valores correspondentes, assim como, os valores referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e reapresentados nas Demonstrações Financeiras da Companhia e de suas controladas.

Com isso, os impactos financeiros referentes ao tema são definitivos uma vez que a investigação independente contratada pelo Conselho de Administração foi encerrada. A Companhia e demais empresas do grupo Aegea permanecem no firme propósito de colaborar com as autoridades para elucidação de fatos e adoção de medidas que eventualmente se façam necessárias, ou por eventuais desdobramentos do que ali consta, e ainda poderão ser alvos de procedimentos investigatórios, decorrentes ou não de desdobramentos de investigações passadas ou em curso, com a instauração ou não de novos processos e procedimentos administrativos e/ou judiciais, fatores esses que poderão causar efeitos adversos sobre os negócios, resultados e sobre a percepção pública e reputação das empresas.

Os contratos de concessão e de parcerias público-privada da Companhia poderão ser rescindidos unilateralmente em determinadas circunstâncias, o que pode afetar os negócios e resultados da Companhia adversamente.

A prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário depende de concessões específicas outorgadas pelo poder público ou de parcerias público-privadas. Em virtude de certas prerrogativas que são atribuídas aos entes da administração pública com os quais a Companhia e suas concessionárias firmaram contratos de concessão, estes entes têm o direito de rescindir unilateralmente os contratos de concessão antes de seu termo final, em caso de relevante interesse de ordem pública, após os devidos processos administrativos aplicáveis em que são observadas as prerrogativas de ampla defesa por parte das concessionárias (encampação de serviços).

Os entes da administração pública também podem recorrer à via arbitral para resolver qualquer questão relacionada às concessões da Companhia, além de poder rescindir unilateralmente o contrato de concessão por motivo de descumprimento de obrigação contratual pela Companhia ou pela concessionária, prerrogativa conhecida como declaração de caducidade. Em ambas as hipóteses, os entes da administração pública estarão obrigados a indenizar a concessionária pelos investimentos vinculados aos bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados. A indenização também é observada na hipótese de encampação pelos danos que comprovadamente incorridos em virtude de revogação, observado que, na hipótese de declaração de caducidade, mediante extinção do contrato de concessão em razão da inadimplência comprovada da concessionária, estas últimas estarão sujeitas à imposição de eventuais penalidades contratuais aplicáveis caso a caso, dependendo da natureza e gravidade do ato que deu origem à caducidade nos termos previstos pelo contrato de concessão, pelo edital e pela legislação aplicável.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O exercício dos direitos de rescisão unilateral dos contratos de concessão das concessionárias da Companhia ou a resolução insatisfatória das indenizações poderá causar um efeito prejudicial relevante nos negócios e resultados da Companhia.

A Companhia está exposta a riscos associados ao fornecimento de serviços públicos de água e coleta de esgoto.

Com base nos contratos de concessão, as concessionárias possuem a obrigação de alcançar certas metas de atendimento e, neste sentido, de continuar a prover os serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário a clientes que possuem valores devidos em atraso e que podem não efetuar os pagamentos em bases regulares. Nestes casos, a Companhia e suas controladas não podem assegurar quando haverá o pagamento pelos serviços prestados, estando sujeita a encargos significativos relacionados à prestação dos serviços públicos de fornecimento de água e esgoto, como os referentes à extração de água ou ao lançamento de esgotos nos recursos hídricos, sendo que há o risco de que tais encargos não consigam ser repassados em sua totalidade aos clientes.

As tarifas cobradas pelas concessionárias poderão não ser elevadas de modo a acompanhar os respectivos encargos ou aumentos da inflação e das despesas operacionais, inclusive tributos, ou não serem elevadas em tempo hábil, devido a restrições legais e contratuais que impedem essas empresas de repassar aos seus clientes os aumentos em sua estrutura de custos.

Além disso, são permitidos reajustes periódicos previstos nos contratos de concessão, atrelados a índices inflacionários, bem como revisões extraordinárias resultantes do mecanismo de equilíbrio econômico-financeiro. Essas alterações das tarifas podem estar sujeitas à aprovação ou homologação dos poderes concedentes, não sendo possível assegurar que esta aprovação seguirá da maneira planejada.

A Companhia está sujeita a falhas na segurança cibernética, tecnologia da informação, tecnologia operacional e sistemas de telecomunicações que podem afetar adversamente seus negócios e reputação.

Falhas na segurança cibernética, tecnologia da informação, tecnologia operacional e sistemas de telecomunicações, sejam elas causadas por quaisquer motivos, acidentes ou ataques cibernéticos, poderão impactar negativamente os negócios da Companhia, com impactos em muitos de seus processos, sistemas, controles internos, além do risco de vazamento e perda da integridade de dados e informações confidenciais.

A Companhia pode ser alvo dos mais diversos tipos de tentativas de ataques cibernéticos, que poderão resultar no acesso não autorizado a sistemas de tecnologia da informação e tecnologia operacional da Companhia. Em 14 de dezembro de 2022, a Companhia sofreu um ataque cibernético em seu ambiente de tecnologia da informação. Ato imediato, a Companhia adotou todas as medidas de segurança e controle, incluindo a interrupção preventiva de sistemas e o acionamento de protocolos de contingência, de modo que as operações das empresas do grupo não fossem comprometidas.

Muito embora não tenham sido identificados danos significativos para a Companhia e para as operações das empresas do grupo decorrentes do ataque cibernético sofrido em 14 de dezembro de 2022, os controles e processos de segurança cibernética, de tecnologia da informação, tecnologia operacional e dos sistemas de telecomunicações da Companhia poderão apresentar falhas ou não serem suficientes para impedirem que tentativas se concretizem em ataques, podendo estes causar efeitos adversos significativos nos negócios da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A interrupção de processos e controles críticos de segurança e a violação de dados também poderão ter impactos significativos sobre os negócios da Companhia, podendo se estender à sua reputação. A Companhia está sujeita a leis e regulamentos relativos à proteção e privacidade de dados, incluindo o Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia (GDPR) para determinados casos e à Lei Brasileira nº 13.709 (Lei Geral de Proteção de Dados ou LGPD).

Qualquer descumprimento dessas leis e regulamentos pode resultar em processos ou ações contra a Companhia, a imposição de multas ou penalidades ou danos à reputação, o que poderá ter um efeito adverso sobre a Companhia e seus negócios conforme reportado a seguir.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.709, conforme alterada (“**Lei Geral de Proteção de Dados**” ou “**LGPD**”), que visa a transformar a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada.

A LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“**ANPD**”).

Caso a Companhia não esteja em conformidade com a LGPD, ela e suas subsidiárias poderão estar sujeitas às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, bem como multa diária, observado o limite global mencionado.

Além disso, a Companhia pode vir a ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nós e ser considerada solidariamente responsável por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados por nossas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Relevante destacar, ainda, que o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados ao regime de trabalho e do retorno trabalhadores próprios e terceirizados.

Nos últimos anos a Companhia ampliou de forma significativa o trabalho remoto, com grande parcela de seus colaboradores trabalhando fora das dependências da Companhia de forma parcial ou integral. Efeito semelhante ocorreu em diversas empresas, incluindo prestadoras de serviços para a Companhia.

A ampliação do trabalho remoto parcial ou integral pode aumentar certos riscos relacionados à segurança cibernética, tecnologia da informação, tecnologia operacional e sistemas de telecomunicações, bem como o risco de vazamento de informações sensíveis, confidenciais, não autorizada e informações pessoais. A ocorrência desses fatores poderá causar riscos para os negócios da Companhia bem como para sua reputação.

Além disso, com a ampliação das formas de trabalho remoto, a Companhia poderá ficar exposta a processos judiciais de empregados próprios e terceirizados com reivindicações relacionadas a

4.1 Descrição dos fatores de risco

horas extras não pagas e outras relacionadas ao trabalho remoto. Esses riscos poderão impactar negativamente os negócios da Companhia bem como sua reputação.

Um período prolongado de acordos de trabalho remoto também pode aumentar os riscos operacionais, incluindo, entre outros, riscos de segurança cibernética, o que pode prejudicar a capacidade da Companhia de gerenciar seus negócios. A Companhia não pode garantir que será capaz de tomar todas as providências necessárias para impedir um impacto negativo em seus negócios.

A Companhia pode ser afetada de maneira relevante e adversa em caso de suspensão, modificação, cancelamento, revogação dos incentivos fiscais atualmente concedidos pelas autoridades públicas competentes.

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais, conforme descrito abaixo. A legislação e regulamentação que regem os referidos incentivos têm prazo de vigência determinado e, caso os incentivos sejam suspensos, modificados, cancelados ou revogados, a Companhia pode ser afetada de maneira adversa.

Para garantir a continuidade desses incentivos durante seu prazo de vigência, a Companhia deve cumprir uma série de exigências fiscais, trabalhistas, sociais e de proteção e controle do meio ambiente que podem vir a ser questionadas, inclusive judicialmente por terceiros como, por exemplo, o Ministério Público Federal, outros Estados brasileiros, ou até outras autoridades públicas.

Caso a Companhia não cumpra parte ou a totalidade dessas obrigações, no entendimento das autoridades competentes, seus incentivos fiscais poderão ser suspensos, revistos ou cancelados, inclusive por decisão judicial e/ou administrativa, podendo ainda a Companhia ser obrigada a pagar integralmente o valor dos tributos devidos, acrescidos de encargos e penalidades, o que teria um efeito adverso relevante para a Companhia.

Atualmente a Companhia é beneficiária dos seguintes benefícios fiscais:

- (i) Redução de 75% do imposto de renda das pessoas jurídicas (IRPJ) para novos empreendimentos, concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. O pedido para o benefício foi feito em 2018, o qual foi concedido em 2019, com vigência até 2027.
- (ii) O incentivo fiscal estabelecido pelo programa PID (Programa de Incentivo ao Desenvolvimento), conforme Decreto Lei Complementar nº 128 de 2011, tem por objetivo beneficiar a Companhia que efetuou gastos com reformas, construção e adaptação de imóvel, bem como o valor de locação do imóvel. O benefício da Companhia foi celebrado através do Decreto 6.398/2014.

A Companhia não pode assegurar que, caso encerrado o prazo de vigência dos incentivos fiscais existentes, novos incentivos fiscais serão criados e que, caso sejam criados, beneficiem-na, ou que seus termos e condições sejam equivalentes, ou mais favoráveis, aos termos e condições dos benefícios fiscais que se encontram atualmente em vigor. Caso os incentivos fiscais sejam alterados ou expirem e a Companhia e suas controladas não sejam capazes de renová-los, ou novos incentivos fiscais não sejam criados após a expiração daqueles em vigor, ou os termos e condições de quaisquer novos incentivos não sejam tão benéficos à Companhia em comparação aos que estão atualmente em vigor, a Companhia será igualmente afetada de maneira relevante e adversa.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode ser negativamente afetada por inquéritos, investigações e outras medidas administrativas e judiciais envolvendo a Companhia e/ou seus acionistas atuais e antigos acionistas.

A Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (“**Lei Anticorrupção**”), introduziu o conceito de responsabilidade objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas envolvidas em atos lesivos à administração pública, sujeitando o infrator a determinadas sanções. A Lei Anticorrupção determinou ainda que sociedades controladas, dentre outras, serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos ali previstos pelo seu controlador, restringindo-se referida responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.

Assim, a Companhia pode vir a ser envolvida em inquéritos, investigações ou processos envolvendo a Companhia e/ou seus acionistas controladores, atuais ou antigos, instaurados com base na Lei Anticorrupção, não sendo possível prever ou estimar suas durações, escopos ou resultados. Tais inquéritos, investigações ou processos podem impactar negativamente a Companhia e desviar os esforços e a atenção de sua administração das operações celebradas no curso normal dos negócios. Além disso, pode haver investigações, inquéritos e processos em curso sobre os quais a Companhia não tenha conhecimento.

Nesse sentido, em relação a qualquer investigação, inquérito ou processo futuramente instaurado envolvendo a Companhia, não há garantia de que a Companhia não será demandada a pagar multas ou prestar outro auxílio financeiro, consentir com medidas ou ordens relativas a condutas futuras, ou sofrer outras penalidades, qualquer uma das quais poderá resultar em um efeito adverso relevante sobre a Companhia. Também é possível que outras informações prejudiciais à Companhia e aos seus interesses venham à tona no curso de tais investigações.

O desempenho financeiro da Companhia poderá ser adversamente afetado se ela não for capaz de reajustar as tarifas adequadamente.

A aplicação de certos critérios contratuais para ajuste anual tarifário poderá ser questionada pelas agências reguladoras do setor de saneamento e por outros entes governamentais competentes. Assim, não há como garantir que as tarifas cobradas pela Companhia serão reajustadas de modo suficiente e/ou em tempo hábil para acompanhar a variação da inflação, despesas operacionais, de manutenção, amortização de investimentos e tributos.

Ainda, não se pode garantir a não ocorrência de processos de Revisão Tarifária Extraordinária suscitados pelas agências reguladoras ou pelos poderes concedentes que resultem em prejuízos tarifários para a Companhia.

A Companhia pode incorrer em custos de investimento, de operação e de manutenção maiores do que os estimados.

A capacidade da Companhia de (i) concluir os planos de investimentos em tempo hábil que contemplam, principalmente, expansões dos serviços, renovação de ativos e melhorias operacionais exigidos pelos respectivos contratos de concessão e/ou parceria público privadas; e (ii) obter recursos suficientes para a manutenção e conservação do sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário está sujeita a, dentre outros fatores, flutuações no custo de mão-de-obra e matéria-prima, mudanças no cenário econômico brasileiro e internacional, acesso a fontes de financiamentos, falhas ou interrupções no fornecimento de matéria-prima e na prestação de serviços, inclusive resultantes de problemas técnicos imprevisíveis. Esses fatores podem aumentar significativamente os custos e, caso não seja possível repassar tais custos a terceiros (principalmente aos clientes), os mesmos poderão causar um efeito prejudicial aos negócios e resultados da Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A Companhia pode incorrer em custos significativos associados à coleta e tratamento de esgoto e ao tratamento e distribuição de água, bem como para reparação de danos ambientais, que poderão provocar impactos à sua imagem e reputação.

O tratamento de esgoto é considerado uma atividade potencialmente poluidora, pois envolve riscos associados à degradação do meio ambiente. Um transbordamento em uma estação elevatória ou vazamento de esgoto não tratado para propriedades circunvizinhas ou mesmo cursos d'água, poderá provocar danos à biodiversidade e impactos à imagem e reputação, além da possibilidade de lavratura de autuações com imposição de multas e outras penalidades pelos órgãos ambientais fiscalizadores, tais como o embargo de atividades. Além disso, tais eventos poderão acarretar a contaminação de mananciais de captação de água bruta, o que pode causar um aumento significativo nos custos destinados para tratamento de água, comprometendo, inclusive, a captação de água potável.

O lodo, subproduto dos tratamentos de água e esgoto, é potencialmente poluente quando não tratado e disposto adequadamente e, por esta razão, é obrigatório que procedamos com sua devida disposição final, a qual, normalmente, é a destinação a aterros sanitários controlados, devidamente licenciados. Em alguns casos, estes aterros não estão localizados no mesmo município em que se encontra a concessão, sendo necessário transportá-lo para municípios próximos onde haja esse tipo de aterro, aumentando o risco do transporte desse material contaminado. Caso haja descontinuidade da prestação de serviços por esses aterros sanitários, outras opções terão que ser estudadas, o que poderá implicar em aumento dos custos operacionais. A Companhia é solidariamente responsável pela disposição final inadequada de resíduos decorrentes de nossas atividades. A ocorrência de um ou mais fatores acima poderá causar um efeito prejudicial relevante aos negócios, reputação e resultados, bem como impacto à imagem e reputação da Companhia, em decorrência de possível contaminação de solo e/ou água subterrânea de nossas unidades operacionais.

Parcela relevante do endividamento da Companhia, de controladas e de coligadas está registrado como passivo de curto prazo, o que pode comprometer a solvência dessas empresas e, conseqüentemente, a sua liquidez.

A Companhia, algumas de suas controladas e as duas empresas coligadas possuem alta concentração da dívida no passivo circulante, o que pode comprometer os seus níveis de solvência e liquidez, prejudicando a sua capacidade de pagar e refinanciar a dívida e de financiar seus investimentos previstos ou em andamento. Nesse sentido, essas empresas podem não conseguir implementar a sua estratégia de crescimento, no todo ou em parte, devido às limitações para a captação de recursos adicionais, impactando adversamente seus negócios, sua situação financeira, os seus resultados operacionais bem como os resultados da Companhia.

O nível de endividamento de curto prazo de certas empresas da Companhia pode resultar em conseqüências negativas, tais como:

- implicar o uso de uma parcela maior dos fluxos de caixa operacionais da Companhia para realizar os pagamentos correspondentes, reduzindo o caixa disponível para financiar o capital de giro e demais os investimentos da Companhia;
- aumentar a vulnerabilidade da Companhia a condições econômicas ou setoriais adversas;
- limitar a sua flexibilidade no planejamento ou na reação a mudanças no negócio ou no setor de atuação da Companhia;
- limitar a capacidade de levantar novos recursos no futuro ou aumentar o custo de seu capital; e

4.1 Descrição dos fatores de risco

- restringir as possibilidades de realizar aquisições estratégicas ou de explorar novas oportunidades de negócio.

A Companhia realizou combinação de negócios utilizando-se de estimativas e julgamentos pela administração da Companhia para determinação do valor justo da operação. Na hipótese de tais estimativas e julgamentos se revelarem incorretos, a Companhia poderá ter impactos negativos em seus resultados financeiros.

Em julho de 2023, a Saneamento Consultoria S.A., controlada indireta da Companhia, em conjunto com a coligada Parsan S.A., concluíram a aquisição de ações da Companhia Riograndense de Saneamento (“**Corsan**”), passando a Companhia a ser controladora indireta da Corsan. A contabilização dessa combinação de negócios exigiu o uso de estimativas e julgamentos pela diretoria da Companhia com relação ao tratamento contábil, a determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos, as divulgações das informações relacionadas a essa transação, bem como a adequação das políticas contábeis relevantes da Corsan.

Neste caso e, especialmente considerando a relevância do montante envolvido na operação (R\$ 4.151.512 mil), caso as estimativas e julgamentos utilizados pela administração da Companhia como premissas/critérios para determinação do tratamento contábil, do valor justo dos ativos e passivos, bem como a adequação das políticas da Corsan se revelem imprecisos ou incorretos, a Companhia poderá ter impactos negativos em seus resultados financeiros.

A Companhia detém indiretamente, por meio de uma de suas controladas, investimentos em ações preferenciais mensuradas ao valor justo, calculada com base em fluxo futuro descontado de pagamento de dividendos. Na hipótese de tal critério se revelar impreciso, a Companhia poderá ter impactos negativos em seus resultados financeiros.

A Companhia detém, por meio de sua controlada Aegea Saneamento e Participações S.A., investimentos em ações preferenciais na companhia Águas do Rio Investimentos S.A., as quais são mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sendo que a mensuração das ações é calculada com base em fluxo futuro descontado de pagamento de dividendos. Essa mensuração é estimativa e é baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela diretoria da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas, principalmente relacionadas à projeção de resultados, de fluxo futuro de pagamento de dividendos e de taxa de desconto. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía saldo de R\$ 6.533.143 mil reconhecidos na rubrica de títulos e valores mobiliários, no ativo realizável a longo prazo consolidado.

Caso as estimativas e julgamentos utilizados pela administração da Companhia como premissas/critérios para mensuração do valor justo se revelem imprecisos, a Companhia poderá ter impactos negativos em seus resultados financeiros.

Aproximadamente 33% do ativo total da Companhia corresponde ao reconhecimento contábil de direito de exploração de infraestrutura. Caso os critérios utilizados para mensuração deste ativo se revelem imprecisos, a Companhia poderá ter impactos negativos em seus resultados financeiros.

A Companhia detém, por meio de suas controladas indiretas, concessões que representam o direito de exploração de infraestrutura. Os contratos de concessões celebrados entre as controladas da Companhia representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos

4.1 Descrição dos fatores de risco

serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas nos respectivos contratos de concessão.

Estes ativos decorrentes dos contratos de concessões representaram, em 31 de dezembro de 2023, 33% do ativo total da Companhia (consolidado), correspondente a R\$ 34.206.604 mil e, conseqüentemente, do intangível (R\$ 11.264.795 mil em 31 de dezembro de 2023).

Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura levam em consideração: (a) o custo de aquisição, deduzidos da amortização (calculada de acordo com a vida útil estimada do ativo); e (b) o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao poder concedente (ou seja, o contrato de concessão é considerado como um contrato não executório).

Caso os critérios utilizados para determinação do ativo intangível se revelem imprecisos, a Companhia poderá ter impactos negativos em seus resultados financeiros.

(b) aos acionistas da Companhia, em especial os acionistas controladores

Os interesses dos acionistas controladores da Companhia podem ser divergentes ou conflitantes com os interesses dos demais acionistas da Companhia.

Os interesses dos acionistas controladores poderão ser divergentes ou conflitantes com os interesses dos outros acionistas da Companhia, inclusive para orientar os negócios, o que poderá causar efeito relevante nos negócios e resultados da Companhia. Os acionistas controladores continuarão capazes de determinar ou, pelo menos, exercer forte influência nas decisões da Companhia enquanto detiverem participação significativa no capital social da Companhia.

Os acionistas controladores podem apresentar problemas financeiros, legais ou de outra natureza em outras sociedades por eles controladas e com isso afetar a imagem e reputação da Companhia no mercado.

Os acionistas controladores podem desenvolver outros negócios, relacionados ou não ao setor de saneamento. Ainda que cada negócio seja gerido de maneira independente, eventuais problemas que afetem os controladores podem impactar negativamente a Companhia, e essa situação poderá acarretar a perda de crédito no mercado financeiro, abalo reputacional perante clientes, fornecedores e investidores, impedimento na participação de novas licitações, problemas com os poderes concedentes dos contratos atuais, dentre outros.

(c) às controladas e coligadas da Companhia

As controladas e coligadas da Companhia estão sujeitas a determinadas metas estabelecidas no âmbito dos contratos de concessão que deverão ser cumpridas em determinados prazos. O não cumprimento destas metas poderá ter um impacto adverso relevante nos negócios e resultados da Companhia.

Os contratos de concessão das concessionárias da Companhia preveem determinadas metas que deverão ser cumpridas em determinados prazos, dentre as quais a ampliação da cobertura de água potável para 99% e sua manutenção até o final da concessão, a ampliação da cobertura de esgotamento sanitário para 90%, a redução dos índices de perdas de água dentre outros.

A Companhia, suas controladas e coligadas não podem garantir que conseguirão cumprir todas as metas nos referidos prazos e por isso estão sujeitas às sanções previstas nos contratos de concessão, incluindo o pagamento de multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, bem como processo administrativo de caducidade.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Eventual descumprimento das metas estabelecidas pelo Poder Concedente poderá ter um impacto adverso relevante nos negócios e resultados da Companhia e de empresas controladas e coligadas.

A Companhia está sujeita a perdas de receitas decorrente de interrupções das operações ou degradação da qualidade dos serviços no âmbito da operação de suas controladas

A Companhia requer uso intenso de complexas tecnologias, sistemas de informatização e recursos de operação, os quais estão sujeitos a fatores de riscos internos e externos ao negócio, que poderão afetar e ocasionar interrupções não previstas nas operações da Companhia. Estes eventos incluem acidentes operacionais e com ativos de infraestrutura, quebra ou falha de equipamentos ou processos, catástrofes como explosões, incêndios, fenômenos naturais, como chuvas intensas, deslizamentos, sabotagem ou outros eventos similares, que podem acarretar perdas de receitas ou ainda reduzir a demanda dos usuários da Companhia.

A ocorrência destes impactos pode ainda gerar sanções administrativas e penais, sem prejuízo de obrigações de reparação de danos que eventualmente tenham sido causados, bem como, no limite, da interrupção das operações.

A Companhia é uma holding, cujos resultados dependem dos resultados das suas controladas e coligadas, os quais a Companhia não pode assegurar que serão alcançados

A Companhia é uma sociedade que possui diversas controladas e coligadas. A capacidade da Companhia de cumprir com as suas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos seus acionistas depende das restrições assumidas em contratos de financiamento, do fluxo de caixa e dos lucros das suas controladas, bem como da distribuição desses lucros à Companhia, sob a forma de dividendos, inclusive dividendos sob a forma de juros sobre o capital próprio. Não há garantia de que tais recursos estarão disponíveis ou de que serão suficientes para o cumprimento das obrigações financeiras da Companhia e para o pagamento de dividendos aos seus acionistas. A não disponibilização destes recursos ou sua insuficiência pode causar um efeito prejudicial relevante nos negócios e resultados da Companhia.

De acordo com a legislação brasileira que regula as matérias de concessão e parceria público-privada, a estrutura societária da Companhia é composta por diversas sociedades de propósito específico, o que pode acarretar sua responsabilização por questões fiscais, trabalhistas, de proteção ao meio ambiente, consumeristas e falimentares oriundas de suas controladas.

Nos termos da legislação vigente, a celebração do contrato de parceria público-privada e de concessão deve ser precedida da constituição de uma sociedade de propósito específico-SPE. Caso uma das controladas ou coligadas da Companhia descumpra suas respectivas obrigações ou fique financeiramente impossibilitada de arcar com suas parcelas de aportes de capital, na qualidade de controladora e garantidora da maioria dos financiamentos firmados, a Companhia poderá ser obrigada a efetuar investimentos complementares e a prestar serviços adicionais para manutenção dos índices financeiros mínimos estipulados nos respectivos contratos.

A Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, estabeleceu que a concessionária, constituída sob a forma de uma sociedade de propósito específico, é a responsável direta por todos os danos que sejam resultantes de fatos comissivos derivados da prestação de seus serviços, independentemente de culpa, caso se materializem, o que pode causar um efeito prejudicial relevante nos negócios e resultados da Companhia. Os riscos incluem também a falência e possível aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica pelo Poder Judiciário brasileiro e qualquer evento que

4.1 Descrição dos fatores de risco

impacte a imagem de sócios, parceiros e prestadores de serviços das SPEs que possa afetar adversamente a marca da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia pode ser responsabilizada por obrigações de suas SPEs em determinadas áreas, incluindo questões fiscais, trabalhistas, de proteção ao meio ambiente, regulatórias e consumeristas, que, caso se materializem, podem causar um efeito prejudicial relevante nos negócios e resultados da Companhia.

Os demais riscos relacionados às controladas e coligadas da Companhia são os mesmos relacionados à própria Companhia.

(d) aos administradores da Companhia

Pode haver mudanças na alta administração da Companhia ou a Companhia pode ter dificuldades de atrair e manter pessoal qualificado.

A atividade da Companhia exige qualificação de seus administradores, tanto em relação ao conhecimento do setor de prestação de serviços públicos de água e esgoto, ao relacionamento com a administração pública direta e indireta, como na agilidade e precisão na tomada das decisões. A eventual perda dos principais administradores e a dificuldade de atrair e manter profissionais qualificados pode causar um efeito prejudicial relevante nos negócios e resultados da Companhia.

A Companhia acredita que a sua capacidade de manter posição competitiva depende, em grande parte, de sua liderança executiva, que é composta por profissionais bastante disputados no mercado onde atua. A perda de qualquer dos membros da liderança executiva ou a impossibilidade de atrair e reter gestores experientes ou contratar profissionais com a mesma experiência e qualificação pode afetar adversamente seus negócios, condição financeira e resultados das operações.

(e) aos fornecedores da Companhia

Não aplicável, considerando que a Companhia é uma *holding*, a Companhia entende que não existem riscos relevantes com relação aos seus fornecedores.

(f) aos clientes da Companhia

A Companhia, suas controladas e coligadas podem enfrentar dificuldades na arrecadação de volumes significativos de contas vencidas e não pagas de seus usuários, incluindo entes públicos.

Em 31 de março de 2024, a Companhia e suas controladas possuíam contas a receber vencidas relacionadas à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de seus usuários, incluindo entes da administração pública municipal direta e indireta, no valor total de, aproximadamente, R\$ 880,4 milhões.

Do saldo em 31 de março de 2024, R\$ 539,8 milhões encontravam-se vencidas por um período de até 180 dias, e, aproximadamente, R\$ 340,6 milhões encontravam-se vencidas há mais de 180 dias. Não podemos assegurar que os valores devidos pelos usuários não aumentarão significativamente no futuro. Caso a Companhia e suas controladas não consigam cobrar as contas de seus usuários de forma satisfatória e caso o número de usuários inadimplentes aumente no futuro, tal fato poderá causar um efeito prejudicial relevante nos negócios e resultados da Companhia e suas controladas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Os tribunais brasileiros têm o direito de obrigar as controladas da Companhia a continuar a fornecer água a entes públicos, mesmo quando essas não tenham recebido os pagamentos devidos. A Companhia e suas controladas não tem como garantir que as negociações com esses entes ou a ação legal eventualmente tomada contra eles resultarão em pagamentos, o que pode afetar adversamente a sua condição financeira.

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

A Companhia atua em um ambiente altamente regulado e seus resultados podem ser afetados adversamente pelas medidas governamentais.

A Companhia e suas participadas estão sujeitas a uma ampla regulamentação dos mercados que atua, especialmente no que diz respeito às leis e regulamentos aplicáveis às concessões, às sociedades anônimas de capital aberto ou fechado e às companhias registradas na Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

É possível que mudanças futuras nas leis, normas e acordos aplicáveis ou mudanças na execução ou interpretação regulatória resultem em alterações nas exigências legais.

A ocorrência de qualquer das hipóteses acima previstas pode impactar de forma relevante e adversamente os negócios e resultados financeiro e operacional da Companhia, inclusive no que diz respeito ao devido cumprimento das normas e regulamentações aplicáveis.

(i) aos países estrangeiros em que a Companhia atua

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não atua em países estrangeiros.

(j) às questões sociais

Pleitos ou reclamações dos moradores ou comunidades situadas no entorno dos locais onde a Companhia desenvolve suas atividades podem ter efeitos adversos sobre os seus negócios ou reputação.

Os moradores ou as comunidades situadas no entorno dos locais onde a Companhia, através de empresas controladas e coligadas, desenvolve suas atividades são stakeholders relevantes. Eventualmente, os moradores ou as comunidades podem ter pleitos ou reclamações perante a Companhia, controladas e coligadas e caso entendam que as suas atividades possam estar prejudicando a sua saúde ou bem-estar. Caso a Companhia não tenha sucesso em adequadamente gerenciar tais pleitos ou recomendações, é possível que eles sejam direcionados às autoridades ambientais ou, ainda, sejam objeto de processos judiciais ou administrativos, o que pode afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia, além de sua imagem.

(k) às questões ambientais

O não cumprimento das leis ambientais e a responsabilidade ambiental podem ter um efeito material adverso sobre a Companhia

A Companhia e empresas controladas e coligadas estão sujeitas a extensas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais brasileiros relacionados à proteção da saúde humana e do meio ambiente. Essas leis e regulamentos estabelecem, dentre outros, requisitos de licenciamento ambiental e padrões de água potável, bem como padrões para o descarte de efluentes que limitam ou proíbem sua descarga ou derramamento sem o devido tratamento produzido em suas operações, principalmente esgoto bruto.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso a Companhia e suas empresas controladas e coligadas não consigam cumprir leis e regulamentos ambientais, incluindo a obtenção, manutenção e/ou renovação tempestiva de todas as licenças ambientais, outorgas de uso de recursos hídricos e demais autorizações ambientais necessárias às suas atividades, poderá estar sujeita a responsabilidade ambiental nas esferas administrativa, cível e criminal, as quais são independentes entre si.

No âmbito da responsabilidade administrativa, toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente é considerada infração administrativa ambiental. Tais infrações podem ser punidas com as seguintes sanções: (i) advertência; (ii) multa simples; (iii) multa diária; (iv) apreensão de animais, produtos e subprodutos objeto da infração ou utilizados na infração; (v) destruição ou inutilização do produto;

(vi) suspensão de venda e fabricação de produto; (vii) embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas; (viii) demolição de obra; (ix) suspensão parcial ou total de atividades; e (x) restritiva de direitos. Conforme o Decreto Federal nº 6.514/2008, o valor mínimo da multa é de R\$ 50,00 e o máximo de R\$ 50.000.000,00, devendo ser considerada a gravidade da infração e a capacidade econômica do infrator, dentre outros fatores (os valores mais altos são historicamente aplicados aos casos em que a infração administrativa está associada a grave dano ambiental).

No âmbito da responsabilidade criminal, a Lei Federal nº 9.605/1998 (“**Lei de Crimes Ambientais**”) prevê a responsabilização de todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para a prática de crimes contra o ambiente, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. A responsabilidade por crimes ambientais é subjetiva, o que significa que o infrator somente será penalizado se restar comprovada a presença do dolo e/ou culpa. De acordo com a Lei de Crimes Ambientais, a responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas. Dentre as penalidades aplicáveis às pessoas jurídicas por crimes ambientais, tem-se a multa, restritiva de direitos e/ou prestação de serviços à comunidade.

Por fim, na hipótese de dano ambiental, existe a responsabilidade civil ambiental. Trata-se de responsabilidade objetiva e solidária, de modo que a obrigação de reparar o dano ambiental pode ser atribuída a todos aqueles que puderem ser enquadrados na qualidade de poluidor direto e/ou indireto, independentemente da comprovação de culpa. Nesses casos, as autoridades ambientais podem instaurar procedimentos investigatórios para apuração da ocorrência de danos ambientais e/ou iniciar procedimentos judiciais com o intuito de obter a sua reparação. Adicionalmente, a Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica sempre que ela se mostrar um obstáculo ao ressarcimento dos danos ambientais.

Caso a Companhia seja responsabilizada em qualquer uma de tais esferas, os seus negócios, condição financeira e/ou resultados operacionais, além de sua imagem, poderão ser adversamente afetados.

Ademais, a Companhia não pode assegurar que as leis e regulamentos ambientais não serão alterados, seja mediante a publicação de novas leis e regulamentos ambientais, seja mediante a aplicação de interpretações diversas daquelas atualmente adotadas pelos órgãos ambientais. Caso as leis e regulamentos ambientais aplicáveis à Companhia, controladas e coligadas venham a se tornar mais restritivos, a Companhia poderá ter custos adicionais ou não previstos, bem como eventualmente desviar recursos destinados a outros setores, para cumprir com os seus termos, o que pode impactar seus negócios e situação financeira.

Poluição ou contaminação das fontes de captação podem gerar impactos operacionais e financeiros à Companhia.

4.1 Descrição dos fatores de risco

A água fornecida aos clientes das concessões da Companhia obedece a padrões de potabilidade dispostos na legislação federal e estadual aplicável. Entretanto, as concessionárias estão sujeitas aos riscos de contaminação de suas fontes de captação de água por conta da ação de terceiros, como o despejo de produtos químicos nas áreas de mananciais, a utilização de insumos agrícolas por parte proprietários rurais, e outros acidentes provocados por terceiros, fatores esses que podem ocasionar alterações na qualidade e quantidade da água bruta disponível, resultando na necessidade de aplicação de materiais de tratamento adicionais e, conseqüentemente aumento nos custos para suprir a demanda dos clientes dessas empresas.

O mau uso do solo por parte dos proprietários rurais e mineradoras pode ocasionar processos de deslocamento de solo para os mananciais, reduzindo a capacidade de água a ser utilizada nas estações de tratamento de água das concessionárias. O aumento da densidade demográfica das bacias contribuintes é também outro fator que pode ocasionar queda na quantidade da água bruta. Qualquer redução na quantidade de água bruta disponível para as concessionárias pode causar um efeito negativo nos seus resultados e em suas atividades.

Também cabe destacar que, para a coligada Águas do Rio, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE continuou responsável pela prestação dos serviços de captação, adução de água bruta e tratamento de água na região metropolitana do Rio de Janeiro, nos termos do contrato de interdependência celebrado com a CEDAE, com a interveniência-anuência da agência reguladora e do Estado, sendo, portanto, a responsável pela qualidade da água fornecida à população da região e detentora de meios para realizar adequações eventualmente necessárias no processo de tratamento de água. A concessionária tem a obrigação de comprar a água produzida pela CEDAE para distribuí-la à população, podendo haver riscos de imagem decorrentes de eventual indisponibilidade hídrica e/ou problemas de má qualidade, incluindo a presença de geosmina na água.

O tratamento de esgoto envolve riscos associados à degradação do meio ambiente, caso o sistema apresente alguma falha. Se houver um transbordamento em uma estação de tratamento de esgoto e o esgoto não tratado atingir propriedades circunvizinhas ou mesmo cursos d'água, poderá haver danos à biodiversidade e à imagem da Companhia e de suas concessões, subconcessão e PPPs, além da possibilidade de sermos autuados com multas e penalizações pelos respectivos órgãos ambientais. Além disso, o lodo, subproduto dos tratamentos de água e esgoto, oferece sérios riscos ao meio ambiente, e por esta razão deve ter uma disposição final adequada que, normalmente, é a destinação a aterros sanitários controlados. Na maioria dos casos, estes aterros não estão localizados no mesmo município em que se encontra a operação, sendo necessário transportá-lo para municípios próximos onde haja esse tipo de aterro, aumentando o risco do transporte desse material contaminado. Caso haja descontinuidade da prestação de serviços por esses aterros sanitários controlados que nos atendem, outras opções terão que ser estudadas, o que poderá implicar em aumento de custos operacionais das empresas

A ocorrência de um ou mais fatores acima poderá causar um efeito prejudicial relevante nos negócios e resultados da Companhia e empresas do grupo, tal como a contaminação de solo e/ou água utilizada.

(I) às questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Fatores climáticos como alta pluviosidade ou forte estiagem, podem gerar impactos operacionais e financeiros à Companhia.

Tendo em vista a natureza de suas atividades, as concessões da Companhia estão sujeitas aos efeitos de mudanças climáticas. Períodos de alta pluviosidade e eventos climáticos atípicos, tal

4.1 Descrição dos fatores de risco

como os recentes eventos ocorridos no Estado do Rio Grande do Sul em meados de abril de 2024, podem afetar as concessões, principalmente, em virtude da ocorrência de inundações em alguns de seus sistemas de abastecimento. Tal fato pode ter como consequência a paralisação do abastecimento e/ou a condução de um grande número de resíduos para as captações superficiais, gerando alterações na qualidade da água bruta, o que poderia implicar em custos adicionais para as empresas em virtude da necessidade de adequações no processo de tratamento da água.

Além disso, em períodos de forte estiagem, a diminuição da vazão dos mananciais e reservatórios dos quais as concessionárias dependem para prestação dos serviços de saneamento pode resultar na interrupção dos sistemas, provocando a redução do volume de água distribuído e eventual desabastecimento para a população, com a consequente redução de faturamento e a necessidade de incorrer em custos adicionais para utilização de fonte alternativa para abastecimento da população, implantação de rodízio de água, dentre outras medidas visando ao reestabelecimento da prestação de serviços.

Além da alta pluviosidade e estiagem, a degradação das áreas de bacias hidrográficas, que pode afetar a quantidade, a capacidade de recarga e a qualidade da água disponível para atender à demanda dos clientes, bem como outros fatores climáticos relacionados direta ou indiretamente aos riscos na capacidade de abastecimento de água poderão ter impacto relevante sobre a Companhia, inclusive sobre o seu desempenho operacional e financeiro, resultando, principalmente, em redução do volume de água distribuído e faturado e da receita derivada dos serviços de abastecimento de água, além de danos à sua imagem e reputação, credibilidade da Companhia e de suas operações junto a seus clientes e, até mesmo, resultar em demandas judiciais.

A Companhia não pode garantir que, na ocorrência de riscos decorrentes de fatores climáticos, terá acesso aos recursos necessários para a reparação e mitigação dos danos, bem como para a retomada célere das operações (em casos de interrupção parcial ou total) devido a diversos fatores, incluindo dificuldades logísticas e de comunicação, cortes e interrupção no fornecimento de energia elétrica, falta ou ausência de profissionais capacitados, falta ou ausência de materiais, peças e componentes dentre outros fatores, incluindo, ainda, os riscos de não obtenção de recursos financeiros em volume suficientes e/ou em tempo hábil para reparar eventuais danos.

A ocorrência de riscos decorrentes de fatores climáticos também poderá impactar negativamente os negócios causando, por exemplo, ajustes nos cronogramas físico e financeiro de investimentos, com a necessidade de execução de investimentos não previstos no plano de negócios, a interrupção total ou parcial do faturamento e arrecadação, além de outros impactos financeiros diretos para a Companhia.

Novas leis e regulamentos relacionados a mudanças climáticas e mudanças na regulamentação existente podem resultar em obrigações adicionais e aumento de investimentos, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia

A implementação de leis e regulamentos federais e estaduais que exijam da Companhia o cumprimento de determinadas práticas e medidas relacionadas a emissões de gases de efeito estufa poderão incorrer em aumento de custos, despesas e execução de investimentos pela Companhia. Atualmente, ainda não foram estabelecidas para o setor de saneamento metas relacionadas à emissão de gases de efeito estufa. Uma vez estabelecidas, é possível que a Companhia seja obrigada a reduzir gastos em outros investimentos estratégicos para implementar as mudanças necessárias.

É possível que a Companhia seja obrigada a adotar novos padrões em suas operações para minimizar a liberação de gases de efeito estufa e que isso incorra em gastos substanciais, seja para

4.1 Descrição dos fatores de risco

cumprir com as novas regulamentações ambientais ligadas às mudanças climáticas ou para prevenir ou corrigir os efeitos físicos de eventos climáticos extremos, sendo que qualquer um deles pode ter um efeito adverso relevante sobre seus resultados operacionais e financeiros.

Ademais, os efeitos físicos das mudanças climáticas podem interferir nas atividades desenvolvidas pela Companhia, caso impliquem em alteração relevante dos fatores climáticos, por exemplo, com a ocorrência de alta pluviosidade e/ou forte estiagem como mencionado neste item 4.1. Nessas hipóteses, os sistemas de saneamento da Companhia podem ser afetados, inclusive com a necessidade de paralisação de suas atividades, o que pode gerar efeitos materiais adversos aos resultados operacionais e financeiros da Companhia, bem como à sua imagem.

A Companhia está exposta à possibilidade de perdas relacionadas a desastres naturais, catástrofes, acidentes, incêndios e outros eventos que não estão sob o nosso controle e que podem vir a ter um efeito adverso relevante no desempenho financeiro da Companhia.

As operações da Companhia estão sujeitas a certos riscos que podem vir a afetar as propriedades, instalações, infraestrutura, distribuição e estoques. Assim, incêndios, explosões, vazamentos de combustível e outros produtos inflamáveis, acidentes, interrupções de negócios devido a eventos políticos, reivindicações trabalhistas, manifestações de grupos ou associações sociais e/ou ambientais, greves (de funcionários próprios ou vinculados a entidades com as quais temos relacionamento, como operadores portuários), surtos de doenças, como a pandemia da COVID-19, condições climáticas adversas e desastres naturais, como inundações e deslizamentos de terra, ataques cibernéticos, falhas mecânicas, dentre outros eventos, podem resultar em perda de receita, assunção de passivos ou aumento de custos da Companhia.

A Companhia pode incorrer em efeito adverso relevante em seus negócios, resultados operacionais e condição financeira, em razão de qualquer dos fatores mencionados acima, inclusive como resultado de sanções penais relacionadas à responsabilidade ambiental (além de eventuais sanções civis e/ou administrativas).

(m) outras questões não compreendidas nos itens anteriores

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência e a conjuntura econômica brasileira poderão afetar adversamente os negócios, condição financeira e resultado das operações da Companhia.

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, que afetam as políticas monetária, de crédito, fiscal e outras. Estes fatores podem causar desequilíbrio nas expectativas do mercado e desestabilização na economia e, assim, podendo afetar a Companhia.

Os negócios, a situação econômico-financeira e os resultados operacionais poderão vir a ser adversamente afetados em razão de modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem outros fatores, tais como:

- flutuações cambiais;
- controles cambiais e restrições a remessas ao exterior, tais como os que foram impostos em 1989 e no início de 1990;
- inflação;
- dívida pública;
- políticas monetárias;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- instabilidade econômica e social;
- flutuações nas taxas de juros;
- liquidez no mercado doméstico financeiro e de capitais e mercados de empréstimos;
- escassez de energia elétrica ou outras alterações nos preços da eletricidade;
- política tributárias, inclusive tratados internacionais em matéria tributária; e
- outras políticas e eventos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetam.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por Companhias brasileiras.

Vale ressaltar que essas alterações inflacionárias e na da taxa de juros que podem ocorrer, bem como quaisquer outras pressões nos custos e despesas e aumento da inadimplência na Companhia, podem não ser integralmente passíveis de repasse imediato nos preços cobrados aos usuários. Na hipótese desses aumentos não serem integralmente repassados, os custos, despesas operacionais e despesas financeiras da Companhia poderão aumentar e, eventualmente, reduzir sua margem de lucro, o que poderá afetar negativamente a condição financeira, a capacidade de geração de caixa e os resultados da Companhia.

A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente os negócios da Companhia, resultados de suas operações.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para a redução da confiança do mercado na economia brasileira e para o agravamento da situação do ambiente político interno. Além disso, os mercados brasileiros tiveram um aumento na volatilidade devido às incertezas decorrentes de várias investigações em andamento sobre acusações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela Polícia Federal brasileira e pelo Ministério Público Federal. A Companhia não tem controle e não pode prever se investigações ou denúncias em andamento levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo e/ou empresas surgirão no futuro.

Além disso, divisões políticas existentes e que possam surgir bem como os efeitos que tais divisões terão sobre a governabilidade e a capacidade do governo de implementar reformas poderiam resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente o cenário político e econômico do Brasil, e, portanto, as operações da Companhia.

A economia brasileira experimentou uma queda acentuada nos últimos anos devido, em parte, às políticas econômicas e monetárias intervencionistas do governo brasileiro e à queda global nos preços das commodities. O atual governo federal brasileiro deve propor termos gerais de reforma fiscal para estimular a economia e reduzir o déficit orçamentário previsto, mas é incerto se o governo brasileiro será capaz de reunir o apoio necessário no Congresso brasileiro para aprovar reformas específicas adicionais. A incerteza sobre se o governo brasileiro implementará mudanças na

4.1 Descrição dos fatores de risco

política ou regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil. Historicamente, o cenário político no Brasil influenciou o desempenho da economia brasileira. Em particular, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, o que afetou adversamente o desenvolvimento econômico no Brasil.

A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia.

Certos acontecimentos, como atos de guerra e outros conflitos, guerra civil, protestos, instabilidade política, instabilidade diplomática, suborno e corrupção bem como quaisquer outros tipos de eventos que alterem a percepção do risco em outros países poderão afetar negativamente a economia brasileira e os negócios da Companhia

A economia brasileira e as companhias brasileiras têm sido em diferentes intensidades, impactadas pelas condições econômicas e de mercado de outros países, bem como pelas reações dos investidores com relação a essas condições. A oferta de crédito a empresas brasileiras é influenciada pelas condições econômicas e de mercado no Brasil e, em graus variáveis, pelas condições de mercado de outros países, principalmente países da América Latina, China, México e outros países em que o novo governo está buscando estabelecer relações comerciais que antes não existiam. A cadeia de suprimentos também é influenciada pelas condições de mercado e estabilidade política, civil e financeira de outros países.

Acontecimentos ou condições de outros países, historicamente, já afetaram significativamente a disponibilidade de crédito na economia brasileira e resultaram em consideráveis saídas de recursos e queda no volume de investimentos estrangeiros no Brasil. Efeito semelhante ou até pior pode acontecer dado o recente conflito entre Rússia e Ucrânia, que já levou a um aperto significativo das condições financeiras e aumento da incerteza em torno do cenário econômico mundial, com deterioração substancial do ambiente de negócios em todo o mundo. Na publicação deste Formulário de Referência, a Administração da Companhia, no seu melhor entendimento, não pode mensurar possíveis impactos significativos do conflito entre Rússia e Ucrânia para seus negócios. No entanto, a Administração reforça que não há como garantir que esse conflito ou que que futuros acontecimentos e conflitos em outros países, bem como as medidas a serem adotadas pelos governos desses países, não afetarão a oferta de crédito nos mercados local e internacional, a cadeia de suprimentos e outros fatores que possam efeitos negativos na economia brasileira e nos resultados da Companhia e suas controladas.

Considerando-se que a Companhia atua em setor que exige investimentos significativos, caso o seu acesso aos mercados de capitais e de crédito seja limitado de forma direta ou indireta pelos conflitos acima ou por quaisquer outros fatores, esta poderá enfrentar dificuldades para cumprir seu plano de investimentos e refinar suas obrigações, afetando de forma negativa seus resultados e condição financeira.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e, conseqüentemente, a Companhia.

A moeda brasileira (“**Real**”) tem sofrido forte oscilação com relação à moeda norte-americana (“**Dólar**”) e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. Desde 1999, o Brasil adotou um sistema de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central na compra ou venda de moeda

4.1 Descrição dos fatores de risco

estrangeira. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas.

A desvalorização do Real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os resultados da Companhia, por conta da retração no consumo e do aumento dos custos da Companhia. Por outro lado, a valorização do Real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A Companhia não exerce quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispõe da capacidade de prevê-la. O negócio, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais.

Alterações na legislação tributária do Brasil poderão afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

O Governo Federal regularmente implementa alterações no regime fiscal que afetam a Companhia. Estas alterações incluem mudanças nas alíquotas e, ocasionalmente, a cobrança de tributos temporários, cuja arrecadação é associada a determinados propósitos governamentais específicos. Algumas dessas medidas poderão resultar em aumento da carga tributária, o que poderá, por sua vez, influenciar a lucratividade da Companhia e afetar adversamente o seu resultado financeiro.

Alterações na classificação do risco brasileiro atribuída por agências de classificação de risco poderão afetar negativamente a Companhia.

O Brasil experimentou a perda do grau de investimento na classificação de risco de crédito da agência de classificação de riscos *Standard & Poors*, *Moody's* e *Fitch Ratings*, assim como um recente rebaixamento da nota de crédito pela *Standard & Poors*. Dessa forma, eventuais alterações nas políticas do governo brasileiro, bem como variações na classificação do risco brasileiro atribuída pelas agências de risco, as quais estão além do nosso controle, podem contribuir para a alta volatilidade no mercado de capitais brasileiro e ter um efeito material adverso sobre nós e no preço de mercado das ações de nossa emissão.

Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro experimentou altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração de seu produto interno bruto (PIB), flutuações acentuadas do real em relação ao dólar americano, aumento do nível de desemprego e níveis mais baixos de gastos e confiança do consumidor. Tal cenário pode se intensificar com o Governo Federal empossado, sendo certo também que não podemos prever os potenciais impactos das políticas a serem adotadas pelo Governo Federal. Caso haja novas reduções na classificação do risco brasileiro atribuída por agências de risco, o valor de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá ser reduzido, o que pode gerar impacto aos acionistas e titulares de valores mobiliários de emissão da Companhia. O acesso da Companhia a crédito também poderá ser negativamente afetado, impactando seus negócios e execução do plano de investimentos.

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira.

Surto de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio (MERS) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), incluindo a recente pandemia da COVID-19, entre outros, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira incluindo o fechamento de fábricas, imposição de condições

4.1 Descrição dos fatores de risco

desafiadoras de trabalho e interrupção da cadeia de suprimentos global, que podem afetar diversamente os resultados e os negócios da Companhia.

As autoridades públicas e agentes privados em diversos países do mundo podem adotar uma série de medidas voltadas à contenção do surto, que podem incluir, restrições à circulação de bens e pessoas, incluindo quarentena e lockdown, cancelamento ou adiamento de eventos públicos, suspensão de operações comerciais, fechamento de estabelecimentos abertos ao público, entre outras medidas mais ou menos severas. A adoção dessas medidas nas localidades em que a Companhia opera pode reduzir o consumo dos produtos e serviços oferecidos pela Companhia, o que pode impactar de forma significativa os resultados da Companhia.

Qualquer surto de doença que afete o comportamento das pessoas, como a COVID-19, pode ter impacto adverso relevante nos mercados, principalmente no mercado acionário. Por conseguinte, a adoção das medidas descritas acima, aliadas às incertezas provocadas pela pandemia da COVID-19, provocaram um impacto adverso na economia e no mercado de capitais global, incluindo no Brasil. Qualquer mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira ou mundial como resultado desses eventos pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

Portanto, os efeitos de quaisquer surtos de doenças regionais, nacionais ou globais no futuro, poderão resultar em um impacto adverso relevante nos negócios, condição financeira, resultados das operações e fluxos de caixa da Companhia.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 – Descrição dos 5 principais fatores de risco

A Companhia apresenta abaixo os cinco principais fatores de risco dentre os elencados no item 4.1 deste Formulário de Referência:

- A obtenção de novas concessões, novas parcerias público-privadas e novas aquisições envolvem riscos relacionados à integração dos negócios adjudicados ou adquiridos, ao estado dos bens e à regularidade das operações relativas às concessões;
- Nos termos de determinados contratos financeiros, a Companhia está sujeita a obrigações específicas, bem como restrições à sua capacidade de contrair dívidas adicionais;
- O retorno do investimento em infraestrutura realizado pela Companhia para a prestação de serviços públicos de água e esgoto pode não ocorrer ou ocorrer de forma diversa da prevista;
- A Companhia pode incorrer em custos de investimento, de operação e de manutenção maiores do que os estimados; e
- As controladas e coligadas da Companhia estão sujeitas a determinadas metas estabelecidas no âmbito dos contratos de concessão que deverão ser cumpridas em determinados prazos. O não cumprimento destas metas poderá ter um impacto adverso relevante nos negócios e resultados da Companhia.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 - Descrição dos principais riscos de mercado

A Companhia está exposta a alguns riscos de mercado no curso normal de suas atividades. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de alterações bruscas nas taxas de juros, risco de inadimplência, risco de crédito e de liquidez.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

2023	Consolidado						
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	678.525	678.525	612.910	65.615	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17.623.587	26.592.254	3.050.159	2.958.613	4.543.364	3.066.564	12.973.554
Instrumentos financeiros derivativos	830.625	(2.899.917)	(383.226)	(425.272)	(421.610)	(420.243)	(1.249.566)
Dividendos a pagar	160.921	160.921	160.921	-	-	-	-
Outras contas a pagar	1.497.031	1.225.343	330.103	624.717	115.365	57.645	97.513
	<u>20.790.689</u>	<u>25.596.366</u>	<u>3.610.107</u>	<u>3.223.673</u>	<u>4.237.119</u>	<u>2.703.966</u>	<u>11.821.501</u>

2022	Consolidado						
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos							
Fornecedores e empreiteiros	242.978	242.978	188.644	54.334	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	10.458.944	23.657.372	3.024.499	2.362.884	2.655.678	2.411.850	13.202.461
Dividendos a pagar	15.327	15.327	15.327	-	-	-	-
Outras contas a pagar	754.628	826.744	167.090	439.229	71.375	54.895	94.155
	<u>11.471.877</u>	<u>24.742.421</u>	<u>3.395.560</u>	<u>2.856.447</u>	<u>2.727.053</u>	<u>2.466.745</u>	<u>13.296.616</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, debêntures privadas, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos, financiamentos e debêntures, mútuo a pagar para partes relacionadas e outras contas a pagar.

Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros expostos a taxa de juros era:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Instrumentos de taxa variável				
<i>Ativos financeiros</i>				
Aplicações financeiras	22.289	147.505	4.910.425	2.014.953
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	613.043	26.910
	<u>22.289</u>	<u>147.505</u>	<u>5.523.468</u>	<u>2.041.863</u>
Instrumentos de taxa variável				
<i>Passivos financeiros</i>				
Empréstimos, financiamentos e debêntures	544.312	654.075	17.623.587	10.458.944
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	830.625	-
Outras contas a pagar	-	-	1.497.031	754.628
	<u>544.312</u>	<u>654.075</u>	<u>19.951.243</u>	<u>11.213.572</u>

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2023	Cenários				
				I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	4.910.425	Variação do CDI	11,65%	572.065	715.081	858.097	429.048	286.032
2- Passivos financeiros								
Debêntures e empréstimos	(9.278.315)	Variação do CDI	11,65%	(1.080.924)	(1.351.155)	(1.621.386)	(810.693)	(540.461)
Debêntures e empréstimos	(2.252.634)	Variação do IPCA	4,62%	(104.072)	(130.090)	(156.108)	(78.054)	(52.036)
Financiamentos	(505.185)	Variação da TR	1,77%	(8.942)	(11.178)	(13.413)	(6.707)	(4.471)
Empréstimos e financiamentos	(64.670)	Variação da SELIC	11,65%	(7.534)	(9.418)	(11.301)	(5.651)	(3.767)
Financiamentos	(485.560)	Variação da TJLP	6,55%	(31.804)	(39.755)	(47.706)	(23.853)	(15.902)
P.E.D Funcorsan	(381.536)	Variação do INPC	3,71%	(14.155)	(17.694)	(21.233)	(10.616)	(7.078)
Outorga a pagar	(53.180)	Variação do INPC	3,71%	(1.973)	(2.466)	(2.960)	(1.480)	(987)
1 + 2 - Exposição líquida	<u>(8.110.655)</u>			<u>(677.339)</u>	<u>(846.675)</u>	<u>(1.016.010)</u>	<u>(508.006)</u>	<u>(338.670)</u>

Os riscos de taxas de câmbio decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras. Os riscos de taxas de juros decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de juros. O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para esses riscos da Companhia baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

Consolidado				Cenários				
Risco cambial	Exposição	Unidade	Taxa de câmbio em 2023	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Instrumentos derivativos								
Empréstimos e financiamentos	(1.020.367)	USD	4,8413	(384.066)	(480.083)	(576.099)	(288.050)	(192.033)
Swap - Ponta ativa	1.029.019	USD	4,8413	387.323	484.154	580.985	290.492	193.662
Exposição líquida	<u>8.652</u>			<u>3.257</u>	<u>4.071</u>	<u>4.886</u>	<u>2.442</u>	<u>1.629</u>

Consolidado		Cenários				
Risco de taxa de Juros	Exposição	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
1- Instrumentos derivativos						
Empréstimos e financiamentos	(2.045.696)	(2.045.696)	(2.557.120)	(3.068.544)	(1.534.272)	(1.022.848)
Swap - Ponta ativa	2.045.522	2.045.522	2.556.903	3.068.283	1.534.142	1.022.761
Exposição líquida	<u>(174)</u>	<u>(174)</u>	<u>(217)</u>	<u>(261)</u>	<u>(130)</u>	<u>(87)</u>

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 - Processos não sigilosos relevantes

A Companhia não é parte em quaisquer processos administrativos e judiciais. Entretanto, a Aegea Saneamento e Participações S.A., único ativo de investimento e controlada direta da Companhia (“**Aegea**”), é parte em processos judiciais e administrativos de diversas naturezas.

Para informações acerca das contingências relevantes da Aegea, vide Formulário de Referência da Aegea, disponível no *website* (i) da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>); e (ii) de relações com investidores da Aegea (<https://ri.aegea.com.br/>).

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 - Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é parte em processos judiciais e administrativos, conforme informado no item 4.4. deste Formulário de Referência.

Para informações acerca do valor provisionado das contingências relevantes da Aegea, vide Formulário de Referência da Aegea, disponível no *website* (i) da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>); e (ii) de relações com investidores da Aegea (<https://ri.aegea.com.br/>).

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuravam como partes em processos sigilosos relevantes que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

Não existem outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas nesta seção 4.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 - Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

(i) riscos para os quais se busca proteção

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 – Descrição dos controles internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”, nos termos da Resolução CVM 80.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”, nos termos da Resolução CVM 80.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”, nos termos da Resolução CVM 80.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O relatório do auditor independente sobre deficiências e/ou recomendações de melhorias sobre os controles internos da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi emitido em 27 de março de 2024. O Relatório de recomendações do auditor não reporta a existência de quaisquer deficiências significativas.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Programa de integridade

(a) **regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública**

(i) **principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia**

A atividade econômica da Companhia é realizada de forma direta exclusivamente pela Aegea e suas controladas. Dessa forma, as práticas da Companhia voltadas à prevenção, detecção, remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública refletem substancialmente as práticas utilizadas pela Aegea, formalizadas seu âmbito do Programa de Compliance.

A Companhia segue o programa de integridade já praticado pela Aegea e, vem implementando e estruturando um programa de integridade similar, conforme descrito a seguir:

A Aegea adota mecanismos e procedimentos de integridade e possui políticas e procedimentos especificamente voltados para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. O Programa de Compliance da Aegea é baseado nos pilares de Prevenção, Detecção e Correção.

A Prevenção envolve o estabelecimento de políticas e procedimentos que contam com o apoio de comunicações e treinamentos online e presenciais constantes para colaboradores, fornecedores e parceiros de negócios. Além da identificação e mapeamento de possíveis gaps de riscos de conformidade e ética.

No âmbito da detecção, as suspeitas relatadas são apuradas com a finalidade de esclarecer os fatos e promover a verdade. O processo é conduzido com completa confidencialidade e respeito aos envolvidos.

Por fim, a correção é a consequência da detecção. As falhas identificadas ou as possíveis atitudes inadequadas devem ser corrigidas imediatamente e, quando cabível, uma medida disciplinar será aplicada.

Em 2018, a Aegea criou o seu Código de Conduta, atualizado em 2022 e que possui duas versões: uma aplicável aos colaboradores e outra aos parceiros de negócio ("**Código de Conduta Aegea**"). O documento aplica-se a todas as empresas do grupo da Aegea e abrange sócios, administradores, colaboradores terceiros e parceiros de negócios, devendo ser amplamente divulgado aos clientes, investidores, funcionários e público em geral. A partir do Código de Conduta, foram desenvolvidas Políticas de Compliance (Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual, Política de Conflito de Interesses, Política de Uso do Canal de Ética, Política de Consequências e Medidas Disciplinares, entre outras), que regulamentam cada item com rigor de detalhes e os desdobram em várias regras práticas. O objetivo das Políticas é deixar claro o que pode e o que não pode ser feito, pois são procedimentos que fazem parte da rotina das operações.

Para mais informações acerca do Programa de Integridade da Aegea e demais documentos relacionados, vide Formulário de Referência da Aegea, disponível no *website* (i) da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>); e (ii) de relações com investidores da Aegea (<https://ri.aegea.com.br/>).

5.3 Programa de integridade

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

Tendo em vista que a Companhia exerce sua atividade econômica por meio de sua controlada Aegea e suas controladas, todo o monitoramento do funcionamento e eficiência das mecanismo e procedimentos internos de integridade é realizado pelos órgãos internos da Aegea.

A estrutura da Aegea segue a seguinte forma de reporte: a Diretoria de Integridade tem reporte direto ao Conselho de Administração da Aegea, e conta com uma Equipe de Investigação Interna, responsável por avaliar e acompanhar as denúncias recebidas por meio do Canal de Ética da Companhia, assegurando o sigilo absoluto antes, durante e depois da conclusão das apurações, não permitindo que o denunciante sofra qualquer tipo retaliação. A Diretoria de Integridade possui as seguintes atribuições: (i) planejar, implantar e incentivar os procedimentos internos de *compliance*, desenvolvendo instrumentos e ferramentas voltadas à segurança empresarial, interna e com parceiros de negócio e clientes; (ii) orientar, desenvolver, fomentar e zelar pela aplicação das políticas que tem por objetivo detectar, evitar e corrigir desvios de conduta empresarial, comercial ou profissional, inclusive irregularidades, fraudes.

Nesse sentido, enquanto a Companhia não tem um programa estruturado de integridades os reportes são realizados diretamente à Diretoria estatutária da Companhia.

(iii) código de ética ou de conduta

A Companhia desde sua constituição segue o Código de Conduta Aegea. Entretanto, no âmbito da estruturação de seu programa de integridade próprio, a Companhia aprovou, em reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de agosto de 2024, duas versões de seu código de conduta, sendo uma aplicável aos seus colaboradores e a outra aos seus parceiros de negócio, com estrutura similar ao Código de Conduta Aegea (“**Código de Conduta Equipav**”).

O Código de Conduta da Equipav é aplicável a todos os funcionários, aprendizes, estagiários, diretores, terceirizados e demais representantes da Companhia que atuam em qualquer uma das suas unidades organizacionais, sendo que, a versão aplicável aos parceiros de negócio da Companhia inclui, também, terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados. A Companhia promove treinamentos sobre o Código de Conduta Equipav sempre que necessário, mas, pelo menos, anualmente a partir da aprovação do documento pelo Conselho de Administração. Nesse sentido, esclarece que até a presente data, não realizou treinamentos específicos para os seus empregados e colaboradores.

Em caso de infração aos dispositivos dos Código de Conduta Aegea e/ou Código de Conduta Equipav, haverá a instauração de sindicância interna para apuração dos fatos. Sendo constatada a infração, o denunciado estará sujeito às penalidades previstas na Consolidação das Leis do Trabalho e a Política de Consequências e Medidas Disciplinares da Aegea. Em se tratando de infração por terceiro não integrante do quadro de funcionários, poderá haver a rescisão motivada do contrato respectivo ao seu engajamento.

A última versão do Código de Conduta de Parceiros de Negócio da Aegea foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Aegea realizada em 14 de setembro de 2022 e a última versão do Código de Conduta dos Colaboradores da Aegea foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de setembro de 2021. A última versão do Código de Conduta de Parceiros de Negócio e do Código de Conduta dos Colaboradores da Equipav foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de agosto de 2024.

5.3 Programa de integridade

(b) canal de denúncia

(i) canal de denúncias interno ou a cargo de terceiros.

A Companhia possui um Canal de Ética, que é operado por um terceiro contratado para esse fim, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, reforçando sua atuação transparente e íntegra em todos os seus negócios. Dedicado a apurar fatos relacionados a eventuais irregularidades ou comportamentos inadequados na condução dos negócios ou das atividades sociais, em nível empresarial ou profissional, o Canal é a forma mais eficiente de identificação dos desvios em relação ao Código de Conduta e às leis.

Todas as denúncias são tratadas de forma confidencial e sigilosa, não trazendo qualquer exposição ao relator. É simples, seguro e anônimo, e disponibiliza a opção de acompanhar o resultado de sua denúncia. Todas as ligações são atendidas por um profissional da empresa Contato Seguro, especializada em registrar denúncias. O atendimento é realizado 24 horas por dia, durante os 7 dias da semana.

Além disso, as denúncias podem ser realizadas pelo site <https://contatoseguro.com.br/equipav>.

(ii) canal aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou somente de empregados

O Canal de Ética é destinado aos colaboradores, fornecedores, usuários, autoridades, servidores públicos e demais públicos com quem o grupo se relaciona.

(iii) mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Fica garantido a quem comunicar, de boa-fé, qualquer violação ao Código de Conduta e/ou legislação vigente, a segurança contra todo e qualquer tipo de retaliação interna. Todas as denúncias são tratadas de forma confidencial e sigilosa, não trazendo qualquer exposição ao relato

(iv) órgão responsável pela apuração de denúncias

As denúncias relacionadas à Companhia são formalizadas por meio do Canal de Denúncia da Companhia e encaminhadas aos Diretores estatutários da Companhia.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia não verificou casos confirmados de fraudes, irregularidades e/ou atos ilícitos praticados contra a administração pública nos últimos três exercícios sociais. Para os fins deste item, consideram-se confirmados os casos qualificados como procedentes após a finalização do trâmite de apuração detalhado no item “Violações ao Código de Conduta – Canal de Ética” do Código de Conduta da Aegea e do Código de Conduta da Equipav, conforme descrito no item 5.3 (a) (iii) deste Formulário de Referência.

(d) caso a Companhia não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais a Companhia não adotou controles nesse sentido

Conforme descrito neste item 5.3, a Companhia está estruturando seu programa de integridade e, atualmente, segue o programa de integridade já estruturado e formalizado da Aegea.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Alterações significativas

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 5.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ARCÓS SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.						
29.291.541/0001-06	Brasil	Sim	Sim	04/11/2024		
Não						
963.989.061	100,000	0	0,000	963.989.061	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
963.989.061	100,000	0	0,000	963.989.061	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ARCOS SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.				29.291.541/0001-06		
Carlos de Moraes Toledo Saneamento e Participações Ltda.						
28.952.197/0001-88	Brasil	Não	Sim	04/11/2024		
Não						
273.845.527	50,000	55.373.326	50,000	329.218.853	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
L.I.V. Saneamento e Participações Ltda.						
19.552.441/0001-24	Brasil	Não	Sim	04/11/2024		
Não						
273.845.527	50,000	55.373.326	50,000	329.218.853	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ARCOS SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.				29.291.541/0001-06		
547.691.054	100,000	110.746.652	100,000	658.437.706	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Carlos de Moraes Toledo Saneamento e Participações Ltda.				28.952.197/0001-88		
José Carlos Botelho de Moraes Toledo						
053.879.938-21	Brasil	Não	Sim	04/11/2024		
Não						
360.742.013	50,000	0	0,000	360.742.013	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
Sergio Luis Botelho de Moraes Toledo						
095.999.278-26	Brasil	Não	Sim	04/11/2024		
Não						
360.742.013	50,000	0	0,000	360.742.013	50,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Carlos de Moraes Toledo Saneamento e Participações Ltda.				28.952.197/0001-88		
721.484.026	100,000	0	0,000	721.484.026	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
L.I.V. Saneamento e Participações Ltda.				19.552.441/0001-24	
Andreia de Souza Ramos Vettorazzo					
087.302.718-35	Brasil	Não	Sim	04/11/2024	
Não					
175.121.006	25,000	0	0,000	175.121.006	25,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Luis Vital de Souza Ramos Vettorazzo					
102.278.678-40	Brasil	Não	Sim	04/11/2024	
Não					
175.121.006	25,000	0	0,000	175.121.006	25,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
Ricardo Eugênio de Souza Ramos Vettorazzo					
184.312.118-22	Brasil	Não	Sim	04/11/2024	
Não					
175.121.006	25,000	0	0,000	175.121.006	25,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
L.I.V. Saneamento e Participações Ltda.				19.552.441/0001-24		
Roberta de Souza Ramos Vettorazzo Marcondes						
079.714.138-31	Brasil	Não	Sim	04/11/2024		
Não						
175.121.006	25,000	0	0,000	175.121.006	25,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
700.484.024	100,000	0	0,000	700.484.024	100,000	

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	04/11/2024
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

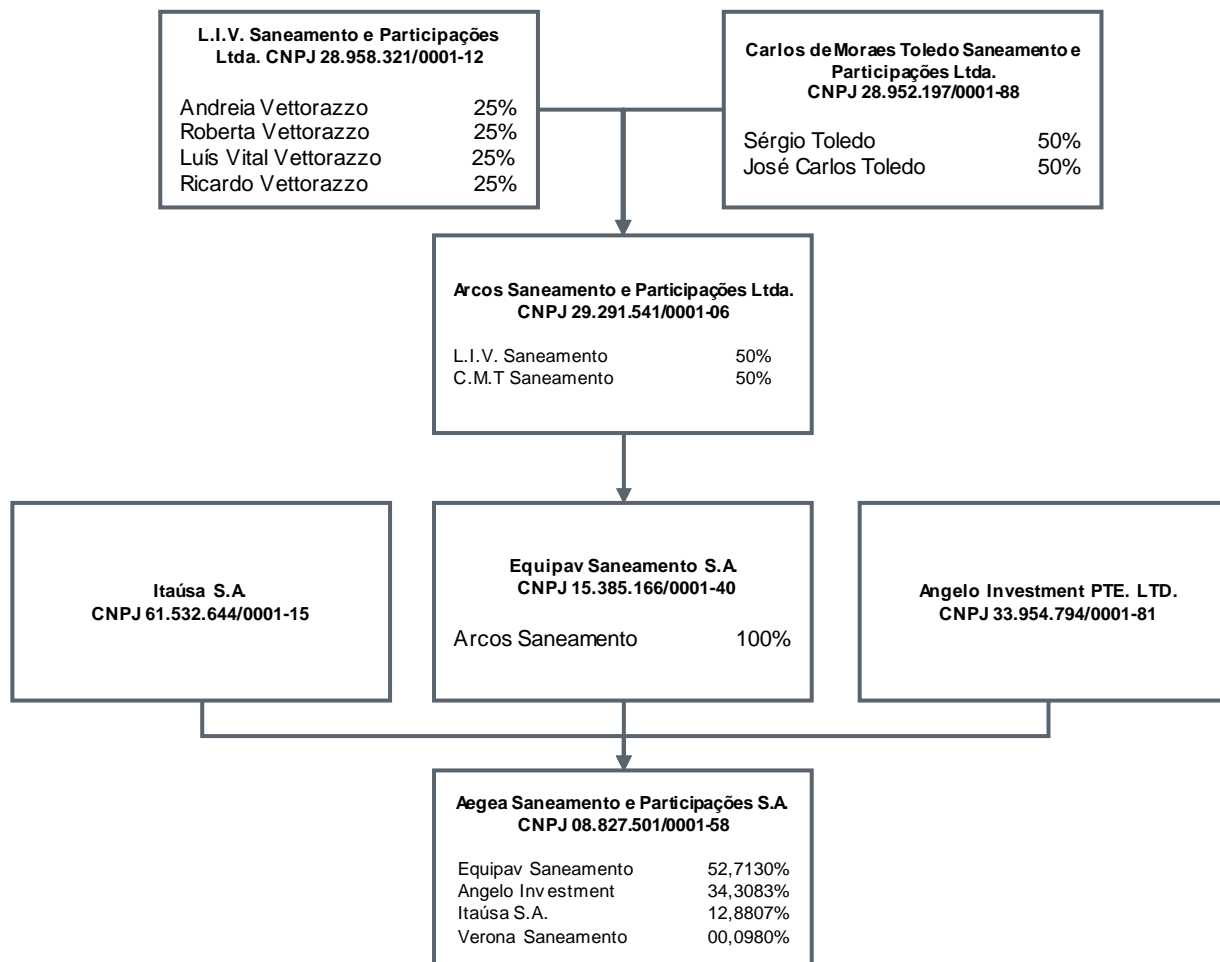
Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

6.4 Participação em sociedades

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria "B" não preenchido.

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



6.6 Outras informações relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 6.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 - Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal da Companhia

(a) principais características da política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”, nos termos da Resolução CVM 80.

(b) mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta

(i) periodicidade da avaliação e sua abrangência

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”, nos termos da Resolução CVM 80.

(ii) metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”, nos termos da Resolução CVM 80.

(iii) contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”, nos termos da Resolução CVM 80.

(c) identificação e administração de conflito de interesses

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”, nos termos da Resolução CVM 80.

(d) por órgão

(i) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Conselho de Administração	0	4	0	0	0
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Total	0	6	0	0	0

(ii) número total de membros, agrupados por identidade autodeclarada de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Conselho de Administração	0	4	0	0	0	0	0
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Total	0	6	0	0	0	0	0

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

(iii) número total de membros agrupados por outros atributos de diversidade que a Companhia entenda relevantes

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga outros indicadores de diversidade além daqueles informados nos itens acima.

(e) se houver, objetivos específicos que a Companhia possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal.

A Companhia não possui objetivos específicos com relação à diversidade em seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal (quando instalado). Os objetivos do Grupo Equipav de diversidade abrangem grupo maior de colaboradores, como a meta corporativa da Aegea de, até 2030, preencher 45% das posições de liderança com mulheres e 27% com negros, sendo liderança os cargos que vão do gerente ao CEO, o programa “Respeito Dá o Tom” que buscar refletir na Companhia as mesmas características de diversidade da população que ela atende, com foco na diversidade racial, além de outras ações como a contratação exclusiva de colaboradores 50+ para a loja de atendimento ao cliente no bairro de Copacabana na capital do Rio de Janeiro.

(f) papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima.

O gerenciamento, supervisão e oportunidades relacionados ao clima da Companhia são avaliados no contexto de empresas investidas da Aegea, em bases, ações e estratégias consolidadas. Os riscos físicos e climáticos estão incluídos no catálogo de riscos da Aegea, aplicável à Companhia. Sua avaliação é realizada pela Diretoria de Auditoria, Riscos e Controles Internos da Aegea (“DARC”). Anualmente, a DARC revisa a matriz de riscos físicos e climáticos e aprova a nova matriz junto ao Conselho de Administração da Aegea. As oportunidades relacionadas às mudanças climáticas estão incluídas no catálogo de investimentos de todas as empresas. Sua avaliação é feita pelas Diretorias de Engenharia e de Planejamento Financeiro da Aegea e pela área de planejamento financeiro da Companhia. A aprovação do Conselho de Administração da Aegea ocorre no contexto de aprovação do orçamento das empresas do grupo Aegea. O Conselho de Administração da Aegea tem o papel de aprovar e acompanhar a gestão dos riscos físicos e climáticos podendo, ainda, solicitar atuação específica em determinados casos, avaliações adicionais, elaboração e implantação de planos de ação dentre outros procedimentos para a gestão dos riscos e oportunidades relacionados às mudanças climáticas.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 6	0	6	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	2	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	4	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 6	0	6	0	0	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Preferê não responder
TOTAL = 0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 - Informações relacionadas ao conselho de administração

(a) órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(b) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(c) canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

Nome CARLOS DE MORAES TOLEDO NETO **CPF:** 225.652.038-29 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 14/03/1988

Experiência Profissional: Formado em Engenharia Civil pela Fundação Armando Alvarez Penteado, Pós-graduado em Gestão Empresarial pela Fundação Dom Cabral, com Formação em Conselheiro de Administração pelo IBGC. O Sr. Carlos atuou em diversos segmentos como infraestrutura, comércio exterior, agronegócio e varejo. Na Aegea, atua como Membro do Conselho de Administração, Membro do Comitê de Finanças e Avaliação de Projetos e Membro do Comitê de Gestão de Pessoas. O Sr. Carlos declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Carlos declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	02/05/2024	3 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		02/05/2024	Sim	02/05/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome DANILO DIAS GARCEZ DE CASTRO DORIA **CPF:** 001.483.245-33 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Administrador **Data de Nascimento:** 05/06/1982

Experiência Profissional: Formado em Administração de Empresas pela Universidade de Salvador, Danilo participou do Advanced Management Program da Harvard Business School e tem especialização em Finanças pelo Insper, em São Paulo. O Sr. Danilo antes de se juntar à Equipav, foi CFO na Braskem Idesa de 2018 a 2023. Sua carreira na Braskem também incluiu posições como Diretor Executivo de Finanças Corporativas de 2014 a 2018 e Head de Tesouraria de 2011 a 2013. O Sr. Danilo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Danilo declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/06/2024	28/06/2027	Diretor de Relações com Investidores		28/06/2024	Sim	28/06/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome Luis Vital de Souza Ramos Vettorazzo **CPF:** 102.278.678-40 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 16/06/1968

Experiência Profissional: Graduado em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Atua há mais de 30 anos no Grupo Equipav. Atualmente, é presidente do Conselho de Administração da Aegea, onde também faz parte dos Comitês de Finanças e Avaliação de Projetos.
 O Sr. Luís declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Luís declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	02/05/2024	3 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		02/05/2024	Sim	30/09/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome Luiz Felipe Setten Fustaino **CPF:** 310.253.838-00 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 25/06/1988

Experiência Profissional: Formado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP) e possui MBA Executivo em Finanças pelo Insper. O Sr. Luiz antes de se juntar à Equipav, foi Diretor de RI e Tesouraria na Unigel entre 2020 e 2023 e antes disso, ocupou posições de liderança nestas áreas na Construtora Tenda e na Nexa Resources. O Sr. Luiz declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Luiz declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	28/06/2024	28/06/2027	Outros Diretores	Diretor sem designação específica	28/06/2024	Sim	28/06/2024

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome Ricardo Eugênio de Souza Ramos Vettorazzo **CPF:** 184.312.118-22 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 31/05/1974

Experiência Profissional: Formado em Engenharia Civil pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de Campinas (SP). Na Aegea, é membro do Conselho de Administração, membro do Comitê de Auditoria, Riscos e Integridade e Comitê de Finanças e Avaliação de Projetos.
O Sr. Ricardo declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Ricardo declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	02/05/2024	3 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		02/05/2024	Sim	30/07/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome Sergio Luis Botelho de Moraes Toledo **CPF:** 095.999.278-26 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Civil **Data de Nascimento:** 20/05/1967

Experiência Profissional: Formado em Engenharia Civil pela Faculdade Municipal de Piracicaba, com especialização em infraestrutura de Saneamento Básico. Com formação em Conselheiro de Administração pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, atualmente é membro do Conselho de Administração da Aegea, onde também é membro dos Comitês de Auditoria, Riscos e Integridade e de Finanças e Avaliação de Projetos.
 O Sr. Sérgio declarou, para todos os fins de direito que, nos últimos cinco anos, não esteve sujeito aos efeitos de qualquer condenação criminal, mesmo que não transitada em julgado, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM, o Banco Central do Brasil ou a Superintendência de Seguros Privados ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativo, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial. O Sr. Sérgio declarou não ser Pessoa Politicamente Exposta, nos termos do disposto na Resolução da CVM nº 55/2021, por não se enquadrar em nenhuma das situações que caracterizam a Pessoa Politicamente Exposta.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	02/05/2024	3 anos	Conselho de Administração (Efetivo)		02/05/2024	Sim	30/09/2016

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que na data deste Formulário de Referência a Companhia não possui atualmente comitês instalados.

7.5 Relações familiares

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7 - Acordos/seguros de administradores

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

7.8 Outras informações relevantes

7.8 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 7.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 - Política ou prática de remuneração

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o a Companhia divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(c) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(iii) membros não remunerados

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

8.1 Política ou prática de remuneração

(e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	2,00		2,00
Esclarecimento	N/A			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	3.051.715,09		3.051.715,09
Benefícios direto e indireto	0,00	286.074,70		286.074,70
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	1.445.904,00		1.445.904,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL – 2024 - CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL – 2024 - CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	0,00	4.783.693,79		4.783.693,79

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	1,00		1,00
Esclarecimento	N/A			
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.776.150,00		1.776.150,00
Benefícios direto e indireto	0,00	103.242,16		103.242,16
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.267.375,00		2.267.375,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL – 2024 - CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL – 2024 - CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	0,00	4.146.767,16		4.146.767,16

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	N/A	N/A		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL – 2024 - CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL – 2024 - CVM/SEP, o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	2,00		6,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Esclarecimento	N/A	N/A		
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	0,00		0,00
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL – 2024 - CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.	Conforme disposto no OFÍCIO CIRCULAR/ANUAL – 2024 - CVM/SEP, o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de tal órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais.		
Total da remuneração	0,00	0,00		0,00

8.3 Remuneração variável

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 - Plano de remuneração baseado em ações

(a) termos e condições gerais

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(b) data de aprovação e órgão responsável

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(c) número máximo de ações abrangidas

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(d) número máximo de opções a serem outorgadas

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(e) condições de aquisição de ações

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(h) forma de liquidação

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(i) restrições à transferência das ações

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(k) efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 – Outorga de opções de compra de ações

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria “B”, nos termos da Resolução CVM 80.

8.7 Opções em aberto

8.7 - Opção em aberto

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 - Opções exercidas e ações entregues

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 - Remuneração baseada em ações, a serem entregues aos beneficiários

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

8.10 Outorga de ações

8.10 - Outorga de ações

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

8.11 Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 - Precificação das ações/opções

(a) modelo de precificação

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 - Participações detidas por órgão

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

8.14 Planos de previdência

8.14 - Planos de previdência

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 - Mecanismos de remuneração/indenização

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 - Percentual partes relacionadas na remuneração

Não aplicável, visto que nenhum administrador da Companhia é parte relacionada aos controladores.

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 - Remuneração - Outras funções

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 - Remuneração reconhecida do controlador/controlada

As tabelas abaixo apresentam a remuneração dos administradores e membros do conselho fiscal (quando aplicável) reconhecida no resultado de controladores diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia nos três últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente:

Remuneração em função do exercício do cargo na Companhia

Não aplicável, tendo em vista que os atuais administradores e membros do conselho fiscal (quando aplicável) não receberam, nos três últimos exercícios sociais e a não há previsão de recebimento para o exercício social corrente quaisquer remunerações de controladores diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum e controladas da Companhia referentes aos cargos que exercem na Companhia.

Remuneração em função do exercício do cargo no acionista controlador e nas controladas da Companhia

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024 (em R\$ mil)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	425,30	0,00	0,00	425,30
Controladas	521,85	0,00	0,00	521,85
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 (em R\$ mil)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	409,32	0,00	0,00	409,32
Controladas	1.543,53	0,00	0,00	1.543,53
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (em R\$ mil)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	381,37	0,00	0,00	381,37
Controladas	1.634,49	0,00	0,00	1.634,49
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 (em R\$ mil)				
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	361,65	0,00	0,00	361,65
Controladas	714,88	0,00	0,00	714,88
Sociedades sob controle comum	0,00	0,00	0,00	0,00

8.20 Outras informações relevantes

8.20 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 8.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	004715		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S LTDA	Juridica	61.366.936/0008-00	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
11/12/2019	01/01/2019		
Descrição dos serviços prestados			
Os auditores independentes prestaram serviços para a Companhia de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O montante total da remuneração paga aos auditores independentes no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 71.000,00, integralmente relacionado aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras.			
Justificativa da substituição			
A Companhia promoveu a troca dos auditores independentes em razão da rotatividade em caso de prestação de serviços pelo prazo de cinco exercícios sociais, nos termos do artigo 31 da Resolução CVM n. 23, de 25 de fevereiro de 2021			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.			

Código CVM do Auditor	004189		
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ	
KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	57.755.217/0001-29	
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço		
22/04/2024	01/01/2024		
Descrição dos serviços prestados			
Os auditores independentes prestaram serviços para a Companhia de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2024.			
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social			
O montante total da remuneração contratada dos auditores independentes foi de R\$ 152.816,33, integralmente relacionado aos serviços de auditoria das informações financeiras relacionadas ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2024.			
Justificativa da substituição			
Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa			
Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.			

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 - Independência e conflito de interesses dos auditores

Não aplicável, tendo em vista que os auditores independentes não foram contratados para prestar outros serviços além da auditoria.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 - Outras Informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 9.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria "B" não preenchido.

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 - Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada na localização geográfica e em indicadores de diversidade)

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(c) índice de rotatividade

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

10.2 Alterações relevantes

10.2 - Alterações relevantes

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Documento facultativo para o emissor registrado na categoria “B” não preenchido.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 - Políticas e práticas de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(b) política de benefícios

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

(i) grupos de beneficiários

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(ii) condições para o exercício

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(iii) preços de exercício

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(iv) prazos de exercício

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(d) razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado da Companhia no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados da Companhia no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social.

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 - Relações entre emissor e sindicatos

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 10.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Águas do Rio 1 SPE S.A.	31/03/2024	203.640.000,00	203.640.000,00	203.640.000,00	Indefinido	Indefinido
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	A natureza desses saldos refere-se à prestação de serviço da Aegea Saneamento e Participações S.A. através do Centro de Serviços Compartilhados ("CSC"). Os serviços prestados pelo CSC são substancialmente relacionados à contabilidade, obrigações assessórias fiscais, apoio em tecnologia da informação, serviços financeiros e gestão de caixa e outros serviços administrativos correlatos.					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de backoffice.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Águas do Rio 1 SPE S.A.	31/03/2024	182.316.000,00	182.316.000,00	182.316.000,00	Indefinido	0,00
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Dividendos a receber decorrente da participação nas ações da investida					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Águas do Rio 1 SPE S.A.	31/03/2024	2.227.000,00	2.227.000,00	2.227.000,00	Indefinido	0,00
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Repasse de gastos administrativos e operacionais do Centro de Serviços Compartilhados ("CSC"). Os serviços prestados pelo CSC são substancialmente relacionados à contabilidade, obrigações assessórias fiscais, apoio em tecnologia da informação, serviços financeiros e gestão de caixa e outros serviços administrativos correlatos e outros créditos a receber de partes relacionadas					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Águas do Rio 4 SPE S.A.	31/03/2024	123.274.000,00	123.274.000,00	123.274.000,00	Indefinido	0,00
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	A natureza desses saldos refere-se à prestação de serviço da Aegea Saneamento e Participações S.A. através do Centro de Serviços Compartilhados ("CSC"). Os serviços prestados pelo CSC são substancialmente relacionados à contabilidade, obrigações assessórias fiscais, apoio em tecnologia da informação, serviços financeiros e gestão de caixa e outros serviços administrativos correlatos					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços de backoffice.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Águas do Rio 4 SPE S.A.	31/03/2024	633.908.000,00	633.908.000,00	633.908.000,00	Indefinido	0,00
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Dividendos a receber decorrente da participação nas ações da investida					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Águas do Rio 4 SPE S.A.	31/03/2024	2.714.000,00	2.714.000,00	2.714.000,00	Indefinido	0,00
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Repasse de gastos administrativos e operacionais do Centro de Serviços Compartilhados ("CSC"). Os serviços prestados pelo CSC são substancialmente relacionados à contabilidade, obrigações assessórias fiscais, apoio em tecnologia da informação, serviços financeiros e gestão de caixa e outros serviços administrativos correlatos e outros créditos a receber de partes relacionadas					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Águas do Rio Investimentos S.A.	31/03/2024	93.769.000,00	93.769.000,00	93.769.000,00	Indefinido	0,00
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Dividendos a receber decorrente da participação nas ações da investida					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Banco Itaú BBA S.A.	31/03/2024	113.701.000,00	113.701.000,00	113.701.000,00	Indefinido	0,00
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Despesas relacionadas a custo de captação de dívidas, mais especificamente sobre a prestação de serviços do banco Itaú, assim como ocorrido para outros bancos, envolvidos no processo de emissão de debêntures e outras despesas contratuais e juros incorridos no período sobre as debêntures					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Corsan S.A.	31/03/2024	99.000,00	99.000,00	99.000,00	Indefinido	
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Repasse de gastos administrativos e operacionais do Centro de Serviços Compartilhados ("CSC"). Os serviços prestados pelo CSC são substancialmente relacionados à contabilidade, obrigações assessórias fiscais, apoio em tecnologia da informação, serviços financeiros e gestão de caixa e outros serviços administrativos correlatos e outros créditos a receber de partes relacionadas					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Itaú Unibanco S.A.	31/03/2024	12.401.000,00	12.401.000,00	12.401.000,00	Indefinido	0,00
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Aplicações financeiras tradicionais. A Companhia mantém parte de seus recursos aplicados em aplicações financeiras em bancos de primeira linha, sendo o Itaú um deles. O valor de R\$ 12.401.000, em 31 de março de 2024, estava dividido em R\$ 3.932.000 no curto prazo e R\$ 8.469.000 no longo prazo					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	Aplicação de recursos em aplicações financeiras em bancos de primeira linha.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Municípios do RS (Rio Grande do Sul)	31/03/2024	230.000,00	230.000,00	230.000,00	Indefinido	
Relação com o emissor	Acionista não controlador.					
Objeto contrato	Dividendo					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Parsan S.A.	31/03/2024	149.077.000,00	149.077.000,00	149.077.000,00	Indefinido	0,00
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Dividendo					
Garantia e seguros	N/A					
Rescisão ou extinção	N/A					
Natureza e razão para a operação	N/A					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

(n) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação aplicável.

Qualquer acionista está proibido de votar em deliberação acerca de matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, bem como de atuar em qualquer operação ou negócios na mesma situação de conflito de interesse.

As operações da Companhia, especialmente aquelas realizadas com partes relacionadas, foram devidamente submetidas aos órgãos decisórios da Companhia a que estavam subordinadas, conforme regras vigentes

(o) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações com partes relacionadas divulgadas nesta seção 11.2 podem ser individualizadas em três categorias distintas: (a) dividendos a receber de sociedades controladas; (b) aplicações financeiras realizadas em entidade coligada da Companhia; e (c) saldos devidos entre partes relacionadas decorrentes de serviços de *backoffice* / gastos administrativos relacionados ao Centro de Serviços Compartilhados (“CSC”).

Com relação às transações referidas em “a”, não há que se falar em condições pactuadas – dado que os saldos decorrem estritamente da relação patrimonial entre a Companhia e suas Controladas, não havendo que se falar em “pactuação ou pagamento compensatório” em contrapartida de tais transações.

No tocante às transações referidas em “b”, a Companhia destaca que possui um *portfólio* diversificado de aplicações financeiras e a tomada de decisão é fundamentado em processo de cotação com bancos de primeira linha, buscando a melhor relação rentabilidade / liquidez. Destarte, o volume total de aplicações financeiras apurados em 31/03/2024 foi de R\$ 392.022 mil, conforme respectivo formulário ITR, dos quais somente R\$ 12.401 mil (ou 3,16%) foram mantidos no Itaú Unibanco S.A., coligado da Companhia. Assim, a despeito de não manter registros que comprovem que o volume aplicado perante a referida instituição financeira apresentou, na data da(s) respectiva(s) aplicação(ões), condições mais benéficas àquelas apresentadas por outras instituições financeiras, o inexpressivo percentual de concentração entre a Companhia e a parte relacionada já denota a diversificação das aplicações promovidas pela Companhia e, portanto, demonstrando que a tomada de decisão da Companhia leva em considerações fatores exclusivamente relacionados às condições de rentabilidade e liquidez – e, portanto, as decisões são sempre tomadas no melhor interesse da Companhia.

Com relação às transações e negócios da Companhia relacionadas ao *BackOffice* / CSC, como as mantidas com as empresas Águas do Rio 1 SPE S.A., Águas do Rio 4 SPE S.A. e Corsan S.A., são realizadas com partes relacionadas com objetivo de otimizar os processos, seja do ponto de vista financeiro, seja do ponto de vista operacional, uma vez que, em se tratando de companhias de mesmo grupo econômico, do mesmo segmento de negócio e, por conseguinte, com processos internos muito similares, o compartilhamento dos serviços torna os processos mais produtivos, com menos necessidade de customizações, gerando redução significativa de tempo e custos envolvidos no processo. A utilização de partes relacionadas nos processos de *BackOffice* gera grande economia para as companhias envolvidas, padronização e maior qualidade nos processos operacionais do grupo. Além disso, a Companhia sempre reavalia o desempenho de tais serviços

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

e leva em consideração o critério do melhor preço, prazo, melhor capacitação técnica e encargos financeiros compatíveis com as práticas usuais de mercado, sendo que todos estabelecem prazos para sua efetiva realização, quitação, bem como taxas de juros de mercado (quando aplicável). Todos os contratos firmados com partes relacionadas observam condições estritamente comutativas, com pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com outras empresas não relacionadas ao grupo. Adicionalmente, a Companhia entende que o compartilhamento de serviços de *backoffice* e administrativos com entidades pertencentes ao seu conglomerado econômico gera eficiência na medida (i) em que a Companhia pode se aproveitar da capacidade ociosa de áreas de apoio de outras companhias por ela controladas; e (ii) evita que a Companhia tenha que contratar com terceiros serviços que já são realizados sob o seu controle, o que implicaria em ter que remunerar prestadores de serviços pela mobilização de pessoas, customização de processos e lucro de tais prestadores de serviços.

Ao concluir pela realização de transações com partes relacionadas, a Companhia, avalia os preços e se as condições são compatíveis com o praticado pelo mercado em geral, sendo que é calculado o custo das empresas do grupo, dentre outros parâmetros a depender do tipo de operação. A contraparte relacionada também realiza periodicamente estudo junto a consultoria especializada em serviços compartilhados para avaliar a eficiência e aderência do modelo de prestação de serviços compartilhados para o grupo, o qual é avaliado anualmente.

11.3 Outras informações relevantes

11.3 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 11.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital		Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
04/11/2024	N/A	1.338.892.981,92	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
963.989.061	0	963.989.061	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
04/11/2024	N/A	1.338.892.981,92	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
963.989.061	0	963.989.061	

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
04/11/2024	N/A	1.338.892.981,92	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
963.989.061	0	963.989.061	

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 - Emissores estrangeiros - Direitos e regras

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	6ª emissão de debêntures simplesser convola
Data de emissão	11/03/2024
Data de vencimento	11/03/2034
Quantidade	1.000.000
Valor nominal global R\$	1.000.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.000.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debentures poderão ser livremente negociadas entre Investidores Profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada, nos termos da Resolução CVM 160.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a qualquer momento, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debentures, com o consequente cancelamento das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, os Debenturistas farão jus ao recebimento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, (i) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração calculada desde a Data de Início da Rentabilidade ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido (ii) de prêmio de 0,65% ao ano, pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculado de forma exponencial de forma pro rata temporis considerando os Dias Úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento das Debentures, conforme formula descrita na escritura de emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Juros: sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% da Taxa DI (base 252 dias úteis) acrescida de sobretaxa de 3,90% ao ano.

Garantia: da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real em série única

Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Amortização: O saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado anualmente, todo dia 11 do mês de março, sendo o primeiro pagamento devido no dia 11 de março de 2028 e o último pagamento em 11 de março de 2034.

Principais restrições impostas em razão da emissão:

- ? declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira no âmbito do mercado financeiro e/ou mercado de capitais, local e internacional, da Emissora em valor individual ou agregado superior a R\$ 25.000.000,00, sendo que este valor deverá ser atualizado anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão;
- ? resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas pela Emissora, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
- ? caso a Emissora deixe de ser titular de 50% mais uma das ações ordinárias da Aegea Saneamento com direito de voto;
- ? caso a Emissora deixe de ser considerada uma acionista controladora da Aegea Saneamento;
- ? incorporação, fusão ou cisão da Emissora, exceto (i) se obtida aprovação previa dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; ou (ii) em caso de incorporação ou fusão a companhia resultante do processo de incorporação ou fusão seja a Emissora e desde que antes e depois da incorporação não ocorra descumprimento dos covenants financeiros;
- ? ocorrência de cisão da Aegea Saneamento que afete ou que possa afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as obrigações assumidas no âmbito das Debêntures;
- ? descumprimento, pela Emissora, dos seguintes covenants financeiros, auferidos anualmente pela Emissora, a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário por meio das demonstrações financeiras auditadas da Emissora (de forma individual), de 31 de dezembro de cada ano, sendo que a primeira apuração deverá ocorrer com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024: (i) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Emissora deverá ser maior ou igual a 1,00 vezes; (ii) Dívida Bruta Total da Emissora deverá respeitar o nível máximo de R\$2.500.000.000,00, sendo que as dívidas que venham a ser captadas pela Emissora não poderão ser seniores em relação às Debêntures objeto da Emissão Para efeitos de esclarecimento, em todo caso, a Dívida Líquida/EBITDA deverá estar e permanecer menor ou igual a 4,25 vezes.
- ? descumprimento, pela Emissora, do seguinte covenant financeiro, auferido anualmente pela Emissora, a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário por meio das demonstrações financeiras auditadas consolidadas da Emissora, de 31 de dezembro de cada ano, sendo que a primeira apuração deverá ocorrer com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024: Dívida Financeira Líquida / EBITDA deverá ser menor ou igual a 4,25 vezes.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As debêntures não serão objeto de repactuação programada.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	7ª Emissão de Debêntures Simples
Data de emissão	15/11/2024
Data de vencimento	15/06/2035
Quantidade	1.200.000

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Valor nominal global R\$	1.200.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	1.200.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debentures poderão ser livremente negociadas entre Investidores Profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada, nos termos da Resolução CVM 160.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, a qualquer momento, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debentures, com o consequente cancelamento das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo”). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, os Debenturistas farão jus ao recebimento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, (i) do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração calculada desde a Data de Início da Rentabilidade ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido (ii) de prêmio de 0,50% ao ano, pro rata temporis, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculado de forma exponencial de forma pro rata temporis considerando os Dias Úteis entre a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total e a Data de Vencimento das Debentures, conforme formula descrita na escritura de emissão.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Características dos valores mobiliários de dívida

Juros: sobre o valor nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, das debêntures incidirão juros remuneratórios de 100% da Taxa DI (base 252 dias úteis) acrescida de sobretaxa de 3,40% ao ano. Garantia: da espécie quirografária, a ser convolada na espécie com garantia real em série única Agente Fiduciário: Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Amortização: O saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado anualmente, todo dia 15 do mês de junho, sendo o primeiro pagamento devido no dia 15 de junho de 2031 e o último pagamento em 15 de junho de 2035. Principais restrições impostas em razão da emissão: ? declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira no âmbito do mercado financeiro e/ou mercado de capitais, local e internacional, da Emissora em valor individual ou agregado superior a R\$ 25.000.000,00, sendo que este valor deverá ser atualizado anualmente pelo IPCA a partir da Data de Emissão; ? resgate ou amortização de ações, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas pela Emissora, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; caso a Emissora deixe de ser titular de 50% mais uma das ações ordinárias da Aegea Saneamento com direito de voto; ? caso a Emissora deixe de ser considerada uma acionista controladora da Aegea Saneamento; ? incorporação, fusão ou cisão da Emissora, exceto (i) se obtida aprovação previa dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas; ou (ii) em caso de incorporação ou fusão a companhia resultante do processo de incorporação ou fusão seja a Emissora e desde que antes e depois da incorporação não ocorra descumprimento dos covenants financeiros; ocorrência de cisão da Aegea Saneamento que afete ou que possa afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as obrigações assumidas no âmbito das Debêntures; descumprimento, pela Emissora, dos seguintes covenants financeiros, auferidos anualmente pela Emissora, a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário por meio das demonstrações financeiras auditadas da Emissora (de forma individual), de 31 de dezembro de cada ano, sendo que a primeira apuração deverá ocorrer com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024: o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida da Emissora deverá ser maior ou igual a 1,00 vez. Para efeitos de esclarecimento, em todo caso, a Dívida Líquida/EBITDA deverá estar e permanecer menor ou igual a 4,25 vezes. descumprimento, pela Emissora, do seguinte covenant financeiro, auferido anualmente pela Emissora, a ser acompanhado pelo Agente Fiduciário por meio das demonstrações financeiras auditadas consolidadas da Emissora, de 31 de dezembro de cada ano, sendo que a primeira apuração deverá ocorrer com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024: Dívida Financeira Líquida / EBITDA deverá ser menor ou igual a 4,25 vezes.

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

As debêntures não serão objeto de repactuação programada.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	47	157	339

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 - Mercados de negociação no Brasil

Na apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia era emissora de valores mobiliários de renda fixa admitidos à negociação no Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 - Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

12.9 Outras informações relevantes

12.8 - Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

O preenchimento das informações relativas a este item é facultativo para emissores registrados na categoria "B", nos termos da Resolução CVM 80.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

O preenchimento deste item é facultativo, considerando que a Companhia é registrada na CVM na categoria "B", nos termos do artigo 3º, inciso II, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Danilo Dias Garcez de Castro Dória	Diretor de Relações com Investidores	Registrado	
Danilo Dias Garcez de Castro Dória	Diretor Presidente	Registrado	

13.1 Declaração do diretor presidente

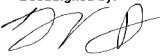
13.1 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores e principal executivo da Companhia

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário
Cargo do responsável

Danilo Dias Garcez de Castro Dória
Diretor de Relações com Investidores e principal executivo da Companhia

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20.
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

DocuSigned by:

E4E7D211DF23499...

Danilo Dias Garcez de Castro Dória

13.1 Declaração do diretor de relações com investidores

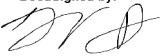
13.1 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores e principal executivo da Companhia

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário
Cargo do responsável

Danilo Dias Garcez de Castro Dória
Diretor de Relações com Investidores e principal executivo da Companhia

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

- a. reviu o formulário de referência.
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20.
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades.

DocuSigned by:

E4E7D211DF23499...

Danilo Dias Garcez de Castro Dória

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.